

15.9. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL - UO: 22.214.

1. HISTÓRICO DA CRIAÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Serviço de Limpeza Urbana - SLU, criado pelo Decreto nº 76, de 03 de agosto de 1961, transformado em entidade autárquica do Distrito Federal nos termos da Lei nº 660, de 27 de janeiro de 1994, é vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP, por força do Decreto nº 36.236, de 1 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF. .

O SLU tem por finalidade a gestão da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis Federais nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos, compreendendo a gestão das atividades relacionadas a:

1. Coleta, transporte, triagem, transbordo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos domiciliares e dos provenientes de sistema de coleta seletiva;
2. Varrição e limpeza de logradouros e de vias públicas, incluídas as atividades de remoção e transporte dos resíduos sólidos produzidos;
3. Coleta e remoção de resíduos sólidos urbanos, de resíduos volumosos da construção civil e de eletrônicos e correlatos entregues nas áreas sob sua competência e os lançados em vias e logradouros públicos;
4. Operação e manutenção de usinas e instalações destinadas à triagem e compostagem, incluindo transporte, tratamento e destinação final dos rejeitos;
5. Demais atividades relacionadas ao cumprimento das diretrizes de que tratam os dispositivos relacionados aos resíduos sólidos constantes da legislação vigente.

Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, respeitados os princípios constitucionais que regem a administração pública, o SLU deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Conforme a Lei Distrital nº 5.418, de 24 de novembro de 2014, que dispõe sobre a Política Distrital de Resíduos Sólidos, e de acordo com o artigo 4º da Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal e dá outras providências, compete ao SLU:

- I. Promover a gestão e a operação da limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- II. Exercer, em caráter privativo, a gestão do planejamento e da execução das atividades públicas de interesse comum relacionada aos resíduos sólidos no Distrito Federal;
- III. Organizar e prestar, direta ou indiretamente, os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, podendo tais atividades serem executadas mediante contrato de gestão ou concessão de serviço público;
- IV. Implementar e executar as políticas e diretrizes nacionais e distritais dos resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal;
- V. Supervisionar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de limpeza urbana do Distrito Federal;
- VI. Supervisionar, controlar e fiscalizar a destinação final sanitária do lixo coletado;
- VII. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de resíduos sólidos relacionadas com suas atribuições;
- VIII. Praticar atos relativos a licitações, contratos e convênios relativos ao desenvolvimento de suas atividades;
- IX. Estabelecer, em conjunto com os órgãos reguladores, fiscalizadores e ambientais do Distrito Federal, as respectivas diretrizes para a fiscalização ostensiva da disposição dos resíduos sólidos urbanos;
- X. Promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais;



XI. Elaborar e executar atos relativos à sua proposta orçamentária e financeira para a execução de suas atividades;

XII. Adquirir, alienar, arrendar, alugar e administrar seus bens e direitos;

XIII. Desempenhar outras atividades relacionadas à política de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Entre os serviços prestados, podemos destacar: coleta convencional de resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial, coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis, coleta manual e mecanizada e posterior transporte e aterramento de entulhos, varrição manual e mecanizada de vias, lavagem de vias, lavagem de monumentos e equipamentos públicos, pintura manual e mecanizada de meio-fio, catação manual de papéis e plásticos em áreas verdes, transbordo e transferência de rejeitos, prestação de serviços diversos de limpeza (em eventos públicos), operação de usinas de tratamento mecânico biológico de resíduos, coleta de animais mortos em vias públicas e destinação final. O SLU também recebe resíduos domiciliares acondicionados em Papa Lixo onde o caminhão coletor não tem acesso e resíduos volumosos assim como até um metro cúbico de entulhos da construção civil em Papa Entulhos instalados nas cidades. Além das atividades descritas, o SLU realiza a compostagem de resíduos orgânicos, comercializa ou faz a doação do composto gerado, e realiza a educação ambiental, conscientização e sensibilização da população do DF e entorno para o manejo de resíduos sólidos.

FORÇA DE TRABALHO

Servidores	Atividade-Meio (Com cargo em comissão)	Atividade-Meio (Sem cargo em comissão)	Atividade-Fim (Com cargo em comissão)	Atividade-Fim (Sem cargo em comissão)	Total
Efetivos do GDF	21	85	16	1.183	1.305
Comissionados sem vínculo efetivo	34	0	16	0	50
Requisitados de órgãos do GDF	12	0	0	0	12
Requisitados de órgãos fora do GDF	2	0	1	0	3
Estagiários	0	54	0	0	54
Menor Aprendiz/ Projeto Jovem Candango	0	1	0	0	1
Terceirizados (FUNAP)	0	0	0	9	9
Outros - especificar	0	50	0	0	50
Subtotal	69	190	33	1.192	1.484
(-) Cedidos para outros órgãos	0	0	0	578	578
Total Geral	69	190	33	614	906

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas – GEPES / SLU

O SLU realiza o pagamento de servidores ativos cedidos a outros órgãos. Considerando o quantitativo de servidores ativos existentes em janeiro/17 (1.502) e em dezembro/17 (1.371) informados no SAG, houve redução de 8,72%.

Tem havido aposentadorias constantes de pessoal próprio do SLU como de cedidos a outros órgãos o que era de se esperar uma vez que o último concurso público foi realizado em 1990.

Recentemente, em dezembro de 2017, o SLU passou a contar com a colaboração de 9 (nove) reeducandos da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, que serão remunerados por meio de bolsas e auxílios transporte e refeição a partir de janeiro de 2018.

Já foram contratadas duas dezenas de engenheiros para consolidar a parte técnica da autarquia, mais de 3 mil capacitações de servidores concursados foram realizadas e o edital de concurso para contratação de novos profissionais está na pauta dos trabalhos em desenvolvimento.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA

PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1968 – ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA – PEV's NO SIA, SCIA, CEILÂNDIA E ASA SUL	150.000	0	0	0
0001 – (EP) ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS E EXECUTIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA – PEV's NO SIA, SCIA, CEILÂNDIA E ASA SUL – DISTRITO FEDERAL	150.000	0	0	0
3013 – RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RS – REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO GALPÃO DE RECICLAGEM EM BRAZLÂNDIA	674.702	674.702	0	0
0002 – (EP) RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RS – REFORMA E IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO GALPÃO DE RECICLAGEM EM BRAZLÂNDIA – REGIÃO IV – BRAZLÂNDIA	674.702	674.702	0	0
1732 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO	5.000	0	0	0
6205 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE TRANSBORDO--DISTRITO FEDERAL	5.000	0	0	0
2079 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA	295.398.715	373.430.804	373.096.043	354.391.012
6118 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE LIMPEZA PÚBLICA--DISTRITO FEDERAL	295.398.715	373.430.804	373.096.043	354.391.012
2582 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS – IRR	1.605.000	820.167	646.083	437.877
0001 - MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS - IRR--DISTRITO FEDERAL	1.605.000	820.167	646.083	437.877
2654 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE	1.000.000	1.000.000	168.000	168.000
0002 - TRATAMENTO E MANEJO DE RESÍDUOS DE SAÚDE-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1.000.000	1.000.000	168.000	168.000
3001 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	1.500.000	69.535	68.910	68.910

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
0003 - FECHAMENTO DO ATERRO DO JÓQUEI E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	1.500.000	69.535	68.910	68.910
3002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S	772.898	1.121.575	0	0
0002 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEV'S-- CONSTRUÇÃO DE PAPA ENTULHO EM CEILÂNDIA	0	200.000	0	0
0003 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVS - BRAZLÂNDIA	0	200.000	0	0
0005 - CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA - PEVS - DISTRITO FEDERAL	772.898	721.575	0	0
3013 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	5.000	5.008.920	2.213.954	1.663.954
0001 - RECUPERAÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	5.000	5.008.920	2.213.954	1.663.954
3015 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL	5.000	0	0	0
0001 - FORTALECIMENTO E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL-- DISTRITO FEDERAL	5.000	0	0	0
3016 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	5.000	4.279.058	2.216.014	1.486.014
0001 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS--DISTRITO FEDERAL	5.000	4.279.058	2.216.014	1.486.014
3099 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR	29.853	3.001	0	0
5332 - CONSTRUÇÃO DE ÁREAS DE TRANSBORDO E TRIAGEM - ATTR-- DISTRITO FEDERAL	29.853	3.001	0	0
3101 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE	44.569	717.149	712.667	710.662
0003 - CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO OESTE--SAMAMBAIA	44.569	717.149	712.667	710.662
4094 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS	1.030.000	3.402	3.400	3.400
2256 - PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AÇÕES SUSTENTÁVEIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	1.030.000	3.402	3.400	3.400
TOTAL - 6210 - INFRAESTRUTURA E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	302.225.737	387.128.313	379.125.071	358.929.829

Indicadores de Desempenho por Programa de Governo

Denominação do Indicador	Índice Mais Recente	Unidade de Medida	Desejado em 1º Ano	Alcançado em 1º Ano	Desejado em 2º Ano	Alcançado em 2º Ano	Desejado em 3º Ano	Desejado em 4º Ano	Origem/Fonte
Taxa de Recuperação dos resíduos coletados	8,07	%	9	8,92	11	10,72	13	15	SLU / UO 22214 / OE 4
Justificativas:									
2016 - O programa de coleta seletiva está em avaliação para verificação dos locais com maior possibilidade de eficácia. Interrupção da coleta seletiva em algumas R.A's prejudicou a obtenção de melhores índices.									
2017 - A ausência de prestação de informações pelas associações de catadores contratadas, bem como o atraso na construção das instalações de recuperação de resíduos prejudicaram a obtenção do índice previsto.									
Taxa de disposição final em aterro sanitário		%	80	1	100	31,57	100	100	SLU / UO 22214 / OE 4
Justificativas:									
2016 - A previsão de início de operação do Aterro Sanitário de Brasília não ocorreu em agosto de 2016. Apenas 1% dos resíduos gerados no DF foram aterrados fora do DF.									
2017 - Mesmo com a inauguração do aterro sanitário em janeiro de 2017, manteve-se o funcionamento do aterro controlado do Jóquei - ACJ, devido à falta de local adequado para os catadores de materiais realizarem o trabalho de triagem dos recicláveis. A baixa cobertura da coleta seletiva também contribuiu para o resultado.									

O indicador "Taxa de recuperação dos resíduos coletados" atingiu o índice de 10,72%, embora as dificuldades enfrentadas nos contratos de prestação de serviços de coleta seletiva, onde as informações sobre o que foi separado e comercializado não foi devidamente disponibilizado pelas associações e cooperativas de catadores, como também os atrasos na construção de Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR's, neste aspecto pelos impasses que ocorreram na elaboração dos projetos executivos desenvolvidos pela Novacap. Com o reinício das obras, ocorrido no ano 2017, tanto de construção como de recuperação das unidades operacionais de tratamento de resíduos, há boas perspectivas de aumento desta taxa para o ano 2018. Os dados sobre os quantitativos reciclados oriundos do Aterro do Jóquei também se fizeram ausentes, em 3 meses do ano 2017, prejudicando a obtenção de um melhor índice. As cooperativas filiadas à Rede Alternativa forneceram dados de comercialização de recicláveis que foram inseridos nos quantitativos para cálculo do indicador.

O indicador "Taxa de disposição final em aterro sanitário" atingiu o índice de 31,77%, devido à decisão governamental de manter em funcionamento o Aterro Controlado do Jóquei – ACJ, face ao atraso na conclusão das instalações de recuperação de resíduos e à manutenção da fonte de renda dos catadores de materiais recicláveis que, embora atuem em local inadequado, estão atuando próximo às suas residências. O aterro sanitário, denominado Aterro Sanitário de Brasília – ASB, foi inaugurado em 17 de janeiro de 2017. As obras do prédio administrativo e acessos, embora prontos em outubro do ano 2016, não estavam equipados para o funcionamento administrativo. Apenas rejeitos do tratamento dos resíduos domiciliares e comerciais foram encaminhados ao ASB, provenientes das Usinas de tratamento e de algumas unidades de transbordo onde há atividade de catação manual de resíduos pelos catadores. Alimentos vencidos e vencidos originados de supermercados foram destinados, pelos próprios geradores, em aterros sanitários localizados fora do DF, evitando-se o aproveitamento indevido, como ocorria anteriormente pelos catadores no Aterro Controlado do Jóquei.

As reuniões com os catadores de materiais recicláveis instalados no Aterro Controlado do Jóquei resultaram em adiamento no fechamento das operações de destinação de resíduos domiciliares e comerciais que ali eram depositados, previsto para outubro de 2017, já que o trabalho de triagem e fonte de renda para os catadores ficariam prejudicados. Como comentado, as obras de reformas e construção de Instalações de recuperação de resíduos ficarão prontas apenas no ano 2018. Com a previsão de fechamento das atividades de destinação de resíduos domiciliares e comerciais no Aterro Controlado do Jóquei para o dia 20 de janeiro de 2018, o índice da taxa de disposição final em aterro sanitário, a ser apurado para o ano 2018, ficará próximo de 100%.

Das atividades realizadas pelo SLU no ano de 2016, e que permaneceu em 2017 a que representou maior impacto na gestão dos resíduos sólidos do Distrito Federal – DF foi a contratação do Lote II dos serviços de coleta convencional e limpeza urbana, pondo fim a um contrato emergencial para a prestação temporária dos serviços.

Houve significativas alterações neste contrato comparado aos outros 2 (dois) lotes com serviços similares no que diz respeito ao cumprimento da universalização da prestação dos serviços de saneamento básico. Para as regiões de difícil acesso, como o Sol Nascente e o Pôr do Sol situados na Ceilândia, foram contratados veículos especiais de pequeno porte para acessar as vias estreitas da localidade. Ainda na mesma região, para o adequado acondicionamento dos resíduos foi contratada instalação de containers subterrâneos, posteriormente denominados “papa-lixo”, de tal forma que a população deposite os resíduos da coleta convencional evitando sua disposição em passeios públicos provocando problemas ambientais, sanitários e de saúde pública.

Ainda neste mesmo contrato foi inovado o mecanismo de pintura de meio fio, utilizando-se de pintura mecanizada visando maior segurança aos trabalhadores em pistas de rolamento de alta velocidade, em canteiros centrais de pistas e avenidas, sendo gerado ganho na produtividade e na qualidade da aplicação do produto.

O SLU inaugurou, em dezembro de 2016, 10 “Papa Lixo” no Bairro Sol Nascente. Estes containers semi-enterrados possibilitam o armazenamento dos resíduos de forma segura e limpa, minimizando os riscos de proliferação de vetores na região, além de otimizar a logística de coleta através da diminuição do número de viagens e do tempo médio de coleta. Esse sistema apresenta vantagens como:

- Coleta em áreas de difícil acesso;
- Os resíduos ficam armazenados de forma segura. Não há risco de ser arrastado pela chuva ou rasgado por animais;
- Redução do mau cheiro dos resíduos e da proliferação de vetores e outros bichos, como ratos e baratas;
- Os equipamentos utilizados no sistema de contêineres semi-enterrados são mais silenciosos e, por isso, a coleta poderá ser efetuada também em horários noturnos, sem incômodo para a população e sem retenção do trânsito.

No ano 2017, outros “Papa-lixo” foram instalados, totalizando no final do ano 2017, 31 papa-lixo instalados nas localidades de Sol Nascente, Pôr do Sol e Estrutural.

Foto 1: Container “Papa-lixo” instalado no bairro Sol Nascente – Ceilândia / DF



[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

Foto 2: Pintura mecanizada de meios-fios



Em relação ao encerramento dos contratos dos lotes I e III ocorridos no exercício 2017, houve necessidade de fazer uma chamada pública para a realização de contratos, de forma emergencial, por 180 dias, tendo em vista os questionamentos e a suspensão do certame pelo Tribunal de Contas do DF - TCDF quanto ao Pregão eletrônico nº 02/2017, que prevê a contratação definitiva, por mais 5 anos, de serviços públicos de limpeza para 3 lotes de serviços, com as seguintes inovações: caracterização dos resíduos sólidos por meio dos estudos gravimétricos; instalação de LEV (Local de Entrega Voluntária); instalação de contêineres semienterrados (papa-lixo); instalação de lixeiras/papeleiras em diversos pontos do DF; implantação de programa de mobilização social; implantação de programas, equipamentos de rastreamento e monitoramento das rotas via satélites nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, urbanas e rurais, distribuídas por Lotes I, II e III, conforme Edital.

A contratação de organizações de catadores para realizarem a coleta seletiva de materiais recicláveis foi uma nova forma de inserção sócio produtiva da categoria de catadores e, é uma estratégia para o atendimento em outras Regiões Administrativas – RAs. A contratação de 4 (quatro) organizações (associações e cooperativas) de catadores para retomarem a execução dos serviços da coleta seletiva em 5 (cinco) das 14 (quatorze) Regiões Administrativas – RAs que tiveram estes serviços temporariamente suspensos também geraram um impacto social. Estes trabalhos tiveram início em julho de 2016. O tipo, a forma e as organizações contratadas, representaram uma tentativa de alteração do modelo vigente até então. O contrato exige uma quantidade mínima de resíduos a serem coletados nos roteiros definidos, que devem ser cumpridos obrigatoriamente nos dias e horários estipulados. Dando continuidade à reformulação destes serviços, o SLU baseado em estudo de consultoria contratado pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA está revendo as localidades a serem inicialmente cobertas em todas as Regiões Administrativas – RAs. Esta reformulação em andamento visa priorizar em cada RA a coleta seletiva em regiões comerciais, com moradias de alta renda e as verticalizadas onde a geração de materiais recicláveis é maior e tem melhor qualidade. Foi ainda lançada uma chamada pública para todas as cooperativas e associações de catadores do DF que se interessarem na realização da coleta seletiva. Este processo deverá culminar na contratação de pelo menos 7 cooperativas para realizarem a coleta seletiva em outras 10 Regiões Administrativas. Com a conclusão do processo de contratação das empresas especializadas na prestação os serviços de limpeza urbana, por meio do Pregão eletrônico nº 02/2017, todas as Regiões Administrativas do DF voltarão a ser atendidas pela coleta seletiva.

As melhorias operacionais no Aterro Controlado do Jóquei- ACJ e as atividades de operação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB prosseguem e, está em andamento o entendimento entre o governo e as cooperativas de catadores sobre a transição da disposição dos rejeitos do ACJ para o ASB. O fornecimento de locais adequados, por meio de aluguel de galpões equipados com esteiras de catação e equipamentos de manejo de recicláveis, além da contratação das associações de catadores para a prestação de serviço público de triagem de resíduos de manejo foi uma das exigências do movimento que culminou na assinatura de um acordo entre governo, organizações de catadores oriunda do

Aterro Controlado do Jóquei e o movimento nacional de catadores em outubro de 2017, prorrogando o encerramento do lixão para o dia 20 de janeiro.

Foi informatizado o sistema de pesagem nas balanças da Usina de Tratamento Mecânico Biológico do P-Sul e da Asa Sul, do Aterro Controlado do Jóquei, do Aterro Sanitário de Brasília e nas balanças das unidades de transbordo do Gama, Sobradinho e Brazlândia. Este sistema permite uma maior segurança no controle da prestação dos serviços para efeito de pagamento dos serviços.

Quanto à educação ambiental e mobilização social para a colaboração e a manutenção da limpeza urbana foram realizadas em 2016 135 atividades que atenderam a um público de 21.635 pessoas. Foi dada continuidade ao esforço para desenvolver em cada cidadão do DF o sentimento de responsabilidade e compromisso com a manutenção da limpeza e a motivação para a prática de atitudes sustentáveis. Nesse sentido, foram realizadas a segunda edição da Corrida dos Garis e a premiação dos Blocos Carnavalescos parceiros da limpeza, além de diversas outras atividades de educação ambiental. Instituiu-se um Grupo de Trabalho – GT com o objetivo de difundir nas escolas do DF a educação para a Água e o Saneamento Ambiental, constituído pelos seguintes órgãos: a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, a Escola da Natureza, a Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEE-DF e o Serviço de Limpeza Urbana – SLU.

Foram realizadas pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU visitas a todas as administrações regionais para discussão da importância da implantação dos Postos de Entrega Voluntária – PEV, posteriormente denominados como “Papa-entulho” e realizada atualização do número necessário destes equipamentos e suas localidades, sendo identificada a necessidade de instalação de 62 (sessenta e dois) Papa-entulhos. Foi elaborado o projeto padrão básico e os projetos específicos de acordo com a área a ser utilizada para 10 (dez) unidades, com o apoio da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS. Foram contratadas 6 (seis) unidades de Papa-entulhos em 2016, e inaugurados 7 Papa-entulhos no exercício 2017.

PROGRAMA: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
9001 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS				
	204.000	304.000	218.950	218.950
6190 - EXECUÇÃO DE SENTENÇAS JUDICIAIS-REQUISIÇÃO PEQUENO VALOR-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	204.000	304.000	218.950	218.950
9033 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO				
	3.735.153	5.462.927	5.462.927	4.780.523
9559 - FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	3.735.153	5.462.927	5.462.927	4.780.523
9041 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA				
	14.087.256	1.975.652	1.724.666	1.724.666
0023 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	14.087.256	1.975.652	1.724.666	1.724.666
9050 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
	2.655.000	1.613.691	1.610.846	1.503.732
7162 - RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	2.655.000	1.613.691	1.610.846	1.503.732
TOTAL - 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÃO ESPECIAL	20.681.409	9.356.270	9.017.389	8.227.871

São liquidadas despesas com Requisições de Pequeno Valor – RPV ao TRT e ao TJDF, em cumprimento a decisões judiciais.

É realizada a contribuição mensal ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, em valor equivalente a 1% (um) por cento, das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas, conforme inciso “III” dos artigos 2º e 8º da Lei nº 9.715, de 25/11/1998.

O Art. 139 da LC 840/2011 dispõe que após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo. As licenças não usufruídas serão pagas em pecúnia quando da aposentadoria do servidor. No exercício 2017, houve pagamentos deste benefício nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro, no total de 44 servidores contemplados.

O SLU faz o pagamento de despesas com ressarcimento a outros órgãos quando o servidor pertencer a outras esferas de governo ou a empresas estatais não dependentes e optar pela remuneração do cargo efetivo, nos termos das normas vigentes. Em dezembro de 2017, 4 servidores estavam nesta situação.

São realizados pagamentos mensais de pensão indenizada em cumprimento a decisões judiciais. Em dezembro de 2017, 5 processos estavam em execução.

PROGRAMA: 6001 – GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO – DESENVOLVIMENTO

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2396 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	100.000	29.558	29.557	29.557
5337 - CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS FÍSICAS DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	100.000	29.558	29.557	29.557
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	180.000	180.000	179.999	162.294
5182 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	180.000	180.000	179.999	162.294
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	123.822.500	115.494.655	115.489.726	115.489.726
8880 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	123.822.500	115.494.655	115.489.726	115.489.726
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	12.743.190	11.103.190	11.088.541	11.088.541
9686 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	12.743.190	11.103.190	11.088.541	11.088.541
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	420.000	308.137	274.398	251.474
8738 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	240.000	192.543	173.805	160.725
8739 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	180.000	115.594	100.593	90.749
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	5.512.820	5.491.433	5.442.713	5.057.205
9762 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5.512.820	5.491.433	5.442.713	5.057.205

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	5.445.000	1.264.566	1.264.184	1.194.105
5851 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA-DISTRITO FEDERAL	5.445.000	1.264.566	1.264.184	1.194.105
TOTAL DO PROGRAMA 6001	148.223.510	133.871.539	133.769.118	133.272.902

Conforme previsto, houve uma primeira reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana – SLU unindo alguns núcleos operacionais e aumentando o contingente de gestores com funções gratificadas para reforçar as ações de gestão e planejamento do SLU. Nova reestruturação está prevista para o exercício 2018.

Considerando o avanço da implantação de novas atividades inovadoras, como controle informatizado, operação do aterro sanitário, das unidades de "Papa Entulho", dos galpões alugados para recepcionar os catadores de materiais recicláveis, para acompanhar e fiscalizar as obras de Instalação de Reaproveitamento de Resíduos, dos "Papa Lixo" e o reduzido quadro de pessoal técnico, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU necessita realizar novas adequações em sua estrutura e realizar concurso público para o atendimento adequado de suas necessidades.

As despesas administrativas não sofreram grandes alterações em relação ao ano 2016, excetuando-se os custos com a modernização de sistema de informação, onde o SLU realizou investimentos para a gestão do sistema de, com a instalação de câmaras de monitoramento, e pagamento de suporte técnico para solução de armazenamento de dados, com aumento de custos liquidados de 82% em relação ao exercício 2016. Materiais de escritório e de limpeza continuaram com redução de custos, devido às ações educativas, sobretudo com a implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

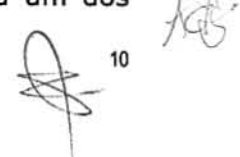
Ocorreu aumento dos contratos firmados pelo SLU, principalmente, devido à contratação de serviços de triagem de resíduos. As atividades de controle e fiscalização dos serviços prestados são realizadas com a designação de executores para cada contrato firmado.

No que diz respeito à gestão das pessoas, o Serviço de Limpeza Urbana – SLU realizou um cadastramento de todos os seus servidores tanto os que estão prestando serviços na autarquia como os que estão cedidos a outros órgãos, para tomar as medidas necessárias para a reorganização e redistribuição em função da realidade encontrada.

O perfil do servidor concursado originalmente era para a execução de serviços operacionais. Com a inexistência da prestação de serviços operacionais pelo SLU e a necessidade de desenvolvimento de planejamento, modernização e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle torna-se necessário a realização de concurso público para atender às demandas da autarquia. Servidores cedidos a outros órgãos, paulatinamente, estão retornando ao SLU, conforme necessidades e comunicações entre os órgãos públicos.

Foi ainda implantado um controle de acesso ao prédio da administração e melhorados os acessos dos prédios das unidades operacionais. O registro da presença do servidor na sede da autarquia continua sendo feito manualmente.

No que diz respeito aos recursos humanos responsáveis pela limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos no Distrito Federal, vale ressaltar que tem havido uma constante redução do número total de servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU (cedidos e em atividade na autarquia) como também de trabalhadores terceirizados por meio das empresas contratadas. Contribuiu para esta redução o cumprimento do estabelecido no Decreto Governamental nº 36.757 de 16 de setembro de 2015 que estipulou em 25% (vinte e cinco por cento) a redução do valor global de cada um dos


 10

contratos corporativos com todos os órgãos do GDF e, em 20% (vinte por cento) com os cargos comissionados em funções de confiança. Foi ainda implantado sistema de contagem de pessoal que atua em diferentes serviços contratados pelo SLU.

O SLU adquiriu os seguintes materiais permanentes no exercício 2017:

Tabela 1: Materiais Permanentes adquiridos no exercício 2017

Item	Descrição	Quantidade.
1	Quadros Brancos, med. 1,00 x 1,20m, c/moldura de alumínio	25
2	Esteiras 15M(7)/20M(5)/25M(2), horizontal p/ triagem	14
3	Quadros Brancos, med. 1,20 x 2,00, c/moldura de alumínio	5
4	Testador de multicabos para RJ45	1
5	Container, Cap./1000lts	380
6	Carros cuba, Cap./ 180lts	60
7	Quadros Brancos, med. 0,60 x0,90m, c/moldura de alumínio	8
8	Carros Tipo Girica, Cap./160lts	60
9	Balanças mecânica, Cap./500kg	7
10	Balanças Eletrônica Plataforma, Cap./1.000kg	9
11	Carros Plataforma, Cap./800kg	42
12	Livros	26
13	Empilhadeiras a gás, Cap./ 2,5ton	10
14	Paletes c/ plataforma, Cap./2.000kg	28
15	Bebedouros elétricos	13
16	Geladeiras, Cap./300lts	13
17	Guilhotina de Aço, Tipo Portátil	1
18	Perfuradora de papel para espiral	1
19	Tenda Piramidal, med. 10 x 10metros	1
20	Televisor led 42 polegadas	1
21	Poltrona de Auditório	2
22	Cadeira Fixa sem Braço, mod. Operacional	6
23	Púlpito em Madeira	1
24	Mesa grande p/ palestrante	2
25	Cadeiras tipo longarinas c/3 lugares	12
26	Poltronas de Auditório	49
27	Amplificadores de som	2
28	Microfones com base	6
29	Microfones sem fio	2
30	Mesa de som com 16 canais	1
31	Projektor multimídia	1
32	Tela de Projeção Retrátil	1
33	Caixa de Som Acústica	4
34	Suporte p/ projetor, cap. De suporte 10kg	1
35	Prolongador de suporte p/ projetor cap./10kg	1
36	Câmeras de vídeomonitoramento	24
37	Servidor de vídeomonitoramento	6
38	Switch tipo 1, 24 portas	7
39	Patch Panel Glan	7
40	DIO - Distribuidor Interno Óptico	14
41	Monitor LFD 46 polegadas	8
42	Suporte articulado para TV de parede	2
43	Teclados padrão ABNT	10

PROGRAMA TEMÁTICO: 6211 – DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Ação/Subtítulo	Lei	Despesa Autorizada	Empenhado	Liquidado
2583 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES	1.104.000	2.904.582	2.070.603	1.961.851
0001 - INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES--DISTRITO FEDERAL	1.104.000	2.904.582	2.070.603	1.961.851
TOTAL DO PROGRAMA 6211	1.104.000	2.904.582	2.070.603	1.961.851

Esta ação previa, já no ano 2016, o pagamento por serviços prestados pelas organizações de catadores, face à triagem de resíduos e a destinação adequada dos materiais recicláveis diferentemente do aterramento. Com a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, e a proibição da presença do catador nesta unidade operacional, houve consequente diminuição de resíduos destinados no Aterro Controlado do Jóquei e, igualmente, diminuição da fonte de renda dos catadores que atuam naquele local, sendo necessário prover o catador de meios para sua subsistência. Destarte, a contratação dos catadores para prestação de serviços públicos de triagem, ao custo de R\$ 92,11/tonelada comercializada supriu esta necessidade. No ano 2017 foram firmados 12 contratos com cooperativas/associações de catadores com esta finalidade. Após a realização de estudos e acordo firmado com as organizações de catadores e o seu movimento nacional o governo do Distrito Federal aumentou a remuneração por tonelada triada e comercializada de R\$ 92,11 para uma média de R\$ 300,00 a depender a eficiência observada no processo de triagem. Caso os rejeitos sejam superiores a 60% o SLU remunerará a R\$ 250,00 a tonelada comercializada, caso seja inferior a 40% este valor corresponderá a R\$ 350,00. Na faixa intermediária de rejeito entre R\$ 40% e 60% a remuneração corresponderá a R\$ 300,00 a tonelada comercializada.

Portanto, no ano 2018, o quantitativo de resíduos triados pelas organizações de catadores, não sendo aterrada, será compensada às organizações, como forma de incentivo e remuneração ao importante trabalho de triagem de resíduos. Já foi lançado outro edital com chamada pública para cadastramento de cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, constituídas por catadores que tenham como renda exclusiva, o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis, para posterior contratação visando à prestação de serviços públicos de recuperação de resíduos sólidos, compreendendo a triagem, prensagem, enfardamento e a comercialização. Pretende-se assim o aumento progressivo da reinserção dos materiais recicláveis no mercado e a redução dos rejeitos enviados ao Aterro Sanitário de Brasília.

3. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU tem trabalhado no recolhimento e acúmulo de pneus e, ainda não obteve um acordo satisfatório sobre a logística reversa destes resíduos. Esse processo encontra-se na SEMA para análise e parecer daquela secretaria responsável pela implantação da Logística Reversa no GDF. É necessário que haja um esforço no sentido de viabilizar um acordo setorial como a previsão legal (Lei 12.305/2010). O SLU recebeu e recolheu em 4 das suas unidades operacionais de janeiro a dezembro de 2017, 1.958 toneladas de pneus, cerca de 50% inferior ao registrado no ano de 2016 quando foram recolhidos 3.925 toneladas. A maioria, cerca de 80%, é composto de pneus pequenos com aproximadamente 6 kg cada, e a minoria, cerca de 20% de pneus grandes com aproximadamente 55 kg cada. Considerando esta proporção foram recolhidos, recebidos e destinados à reciclagem cerca de 268.487 pneus, sendo 261.367 de pequeno porte e 7.120 pneus de grande porte. Estes serviços são de responsabilidade dos importadores, fabricantes, distribuidores e comerciantes e está em discussão com a

RECICLANIP representante da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos – ANIP um instrumento legal para que o SLU possa prestar legalmente este tipo de serviço prestado e implantar as condições adequadas para a sua realização.

Tabela 2: Recolhimento e depósito temporário de pneus nas unidades do SLU – Ano 2017

MÊS	GAMA	BRASÍLIA NORTE	SOBRADINHO	PLANALTINA	TOTAL MENSAL (t)	NO TRIMESTRE (t)
janeiro	15	137	0	6	158	727
fevereiro	72	198	18	0	288	
março	73	188	15	5	281	
abril	17	0	0	6	23	391
maio	60	147	24	0	231	
junho	31	100	6	0	137	
julho	15	19	3	1	38	327
agosto	24	82	11	0	117	
setembro	22	150	0	0	172	
outubro	76	134	0	15	225	513
novembro	46	101	10	2	159	
dezembro	43	68	18	0	129	
Total	494	1.324	105	35	1.958	1.958

Quanto à compostagem houve um significativo acréscimo de composto doado e uma queda significativa na venda. Isso porque foi triplicada a quantidade doada de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas/ano aos agricultores rurais. Além disso, os produtores rurais patronais também foram contemplados com a doação. Há necessidade de revisão deste critério, uma vez que a quantidade demandada superou a quantidade ofertada, no período de plantio da safra. No ano 2017, 15.317,71 toneladas de composto orgânico maturado e liberado para comercialização e doação, conforme análises foram retirados pelos produtores rurais do DF e entorno.

O Serviço de Limpeza Urbana – SLU participou de diversos eventos de iniciativa própria, de outros órgãos do governo e da sociedade como um todo. Realizou parcerias para apoio à manutenção da limpeza das cidades que se ampliaram com relação às realizadas em 2016.

Para executar todas as atividades previstas, as receitas tanto por meio do orçamento ordinário não vinculado, Fonte 100, como da Taxa de Limpeza Pública – TLP, Fonte 114, do Serviço de Limpeza Urbana – SLU continuam sendo insuficientes para cobrir as despesas com os serviços de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Assim, no final dos exercícios, em especial para os meses de outubro a dezembro, a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão tem buscado adequar o orçamento para o fechamento do exercício. Ainda assim, o SLU continua com débitos relativos ao Reconhecimento de Dívida do ano de 2014 em valores próximos a R\$ 44.298.974,23. (quarenta e quatro milhões, duzentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e quatro mil e vinte e três centavos). Já foram liquidados em DEA de 2014 o valor de R\$ 36.225.034,23 tendo sido pagos R\$21.088.412,00 em 2015 e 15.136.622,23 em 2016. Esses débitos estão sendo reconhecidos pelo SLU para serem todos liquidados em 2018.




O programa de capacitação dos servidores do Serviço de Limpeza Urbana – SLU e de entidades parceiras continua sem interrupção com atividades realizadas no mínimo 2 vezes ao mês, tendo neste ano de 2017 sido realizadas por meio do projeto “Vem Saber” 33 palestras, algumas feitas com parcerias de outras instituições do governo como a Agefis, Emater, Subsecretaria de Segurança e Saúde do Trabalho, Corregedoria Geral do DF, com o Instituto de Estudos Sócio Econômicos - Inesc, como também ministradas por servidores do SLU, que atingiu 1.425 presenças, com média de 43 presenças/palestra.

Com a missão de capacitar os servidores dos órgãos do GDF, a Escola de Governo – EGOV/DF oferece cursos, treinamentos, palestras e seminários. No ano 2017, foram indicados 149 servidores do SLU para participar destas capacitações.

O curso sobre a capacitação ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do qual vários servidores do SLU tiveram que se capacitar, não está computado nos quantitativos apurados, visto que foi ministrado pela internet e decidido sua realização conforme o interesse do servidor.

Em 18 de abril de 2016, foi assinado pela ADASA, com a participação do governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg, um contrato no valor de R\$ 3.381.583,89 (três milhões trezentos e oitenta e um mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e nove centavos), para consultoria especializada que apoiou o governo na elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico – PDSB e do Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos - PDGIRS. O documento está previsto nas Leis Federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2010, e auxiliará o poder público no planejamento para soluções de curto, médio e longo prazos para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos e a drenagem urbana. Os Planos contratados foram concluídos em julho de 2017 e se encontram disponibilizados no sítio eletrônico <http://www.planodesaneamentodf.com.br...>

Ocorreram várias reuniões da Comissão Técnica do PDSB e do PDGIRS com a Serenco. Foi inicialmente elaborado o Plano de Trabalho e o Plano de Mobilização Social que norteou todo o processo de mobilização da sociedade para o acompanhamento da elaboração dos Planos.

No ano 2017, a publicação no DODF de normas sobre o manejo de resíduos sólidos e outras questões relativas ao SLU deu novo ordenamento jurídico aos seguintes temas:

Tabela 3: Normas sobre manejo de resíduos sólidos publicadas no ano 2017

Assunto	Norma	Detalhamento
catadores	Lei 5893, de 20/06/17, DODF de 21/06/2017	Cria o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores de materiais recicláveis que exerçam atividades no Aterro do Jóquei.
	Decreto nº 38.402, de 10/08/2017, DODF de 11/08/2017	Regulamenta a Lei nº 5.893, de 20 de junho de 2017, que cria o Programa de Compensação Financeira Temporária aos catadores de materiais recicláveis que exerçam atividades no Aterro do Jóquei e dá outras providências.
	Portaria nº 211, de 18/09/2017	Regulamenta os procedimentos para a habilitação das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis necessários à implementação do Decreto nº 38.246, de 1º de julho de 2017.
aterro	Instrução nº 81, de 26/06/2017	Designa Comissão de Executores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 15/2014 – Consórcio GAE/DBO/CONSTRURBAN,
	Instrução Normativa nº 06, de 03/07/2017, DODF de 12/07/2017	Dispõe sobre o acesso e a permanência de veículos particulares de passageiros no Aterro Controlado do Jóquei - ACJ.
	Portaria Conjunta nº 04, de	Dá publicidade à atualização do Plano de Transição para o

Assunto	Norma	Detalhamento
	25/09/17, DODF de 26/09/2017	encerramento das atividades do Lixão da Estrutural, publicado no Anexo III, do Decreto nº 38.402, de 10 de agosto de 2017, como resultado dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento.
agrotóxico	Lei nº 5.930, de 28/07/2017, DODF de 02/08/2017	Dispõe sobre a obrigatoriedade de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos e pesticidas por seus produtores e comerciantes
Grandes Geradores e Preços Públicos	Decreto nº 38.021, de 21/02/2017, DODF de 22/02/2017 suplemento	Altera os artigos 26, 42 e 43 do Decreto nº 37.568/2016 e os artigos 3º, 10 e 13 do Decreto nº 35.816/2014 e dá outras providências
	Instrução Normativa nº 5, de 29/06/2017, DODF de 03/07/2017	Suspende a prestação de serviços de limpeza, coleta e transporte de resíduos gerados nos eventos privados, a serem realizados em vias, logradouros ou espaços públicos.
	Resolução nº 25, de 27/10/2017, DODF de 31/10/2017	Altera o Anexo da Resolução nº 14, de 15 de setembro de 2016, que estabelece os preços públicos a serem cobrados pelo prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal na execução de atividades de gerenciamento dos resíduos de grandes geradores, de eventos, da construção civil.
	Decreto nº 38.790, de 29/12/2017 DODF de 29/12/2017 edição extra.	Altera o § 4º, do art. 26, do Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, e dá outras providências.
Estação de Transbordo	Resolução nº 05, de 17/03/2017 DODF de 20/03/2017	Dispõe sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos no Distrito Federal
Conselhos	Decreto nº 38.458, de 30/08/2017 DODF de 31/08/2017 suplemento	Institui o Conselho de Saneamento Básico do Distrito Federal - CONSAB
Resíduos da Construção Civil	Resolução nº 01, de 1º/11/2017 DODF nº 212 de 06/11/2017	Estabelece procedimentos de cadastramento de transportadores de Resíduos de Construção Civil e Volumosos no Distrito Federal, bem como especifica a sinalização a ser incluída nos equipamentos e veículos utilizados para coleta e transporte.
Pontos de entrega	Instrução Normativa nº 02, de 15/03/2017 DODF nº 53, seção 1, 2 e 3 de 17/03/2017	Dispõe sobre a operação dos Papa Entulhos – Pontos de Entrega de Pequenos Volumes
Controle de pesagem	Instrução Normativa nº 04, de 12/06/2017 DODF nº 113 de 14/06/2017	Regulamenta o Sistema de Controle Eletrônico de Pesagem de Resíduos nas áreas de transbordo, unidades de tratamento e de disposição final do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU/DF.

O avanço importante foi a regulamentação da Lei que definiu os grandes geradores e os promotores de eventos em áreas públicas como responsáveis pelo gerenciamento dos seus resíduos. Foi realizado um grande trabalho de orientação e preparação dos grandes geradores de resíduos para se adaptarem às exigências da nova Lei.

O funcionamento do Conselho de Limpeza Urbana do DF – o CONLURB instalado em outubro de 2015, permitiu importantes contribuições para a limpeza do DF. O Relatório de Atividades e a prestação de contas dos anos 2015, 2016 e 2017 foram submetidos ao conselho, analisadas e aprovadas fornecendo importantes contribuições e recomendações. Contribuiu ainda com a elaboração do Plano Distrital de Saneamento Básico e o Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, em especial com o Plano de Mobilização Social. Foi submetida ao Conselho a Carta de Serviços do Serviço de Limpeza Urbana – SLU para recebimento de contribuições.

Uma das condicionantes para a licença de operação do Aterro Sanitário de Brasília – ASB, visto a interferência da atividade com a Escola Classe situada nas proximidades, foi a construção da Escola Classe Guariroba em área mais afastada, às margens da DF- 180, com orçamento do SLU, que foi descentralizado, por meio de convênio, com a Novacap. Com a conclusão da obra, no final do ano 2017, e a realização de melhorias como estacionamento, quadra de esportes e aquisição de mobiliário (armários),



a Escola Classe Guariroba está em condições de iniciar suas atividades. O recebimento desta obra, por parte da Secretaria de Educação, está em curso.

Foto 3: Escola Classe Guariroba



O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) compõe a equipe de órgãos do Governo de Brasília que desenvolve o programa Cidades Limpas. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria das Cidades, Foram realizadas 29 edições tendo sido quatro realizadas em 2016 e 25 em 2017. Após atuar em praticamente todas as 31 regiões do Distrito Federal, para 2018 a meta é atender as que não foram contempladas ainda e voltar às já visitadas.

A força-tarefa, que envolve diversos órgãos do Governo de Brasília, visitou 89 mil imóveis orientando a população sobre os cuidados a serem tomados na prevenção de ambientes que sejam criatórios do mosquito *Aedes aegypti*.

Lançado em novembro de 2016, o programa executa serviços como recolhimento de lixo, remoção de entulho, tapa-buraco, poda de árvores, roçagem, limpeza de bocas de lobo e de redes de drenagem, remoção de carcaças de veículos, além de manutenção de iluminação pública e de sinalização de trânsito.

A proposta é desenvolver o programa Cidades Limpas em todas as regiões administrativas (RAs). O diferencial é a parceria dos órgãos para promover o embelezamento das RAs. A Secretaria das Cidades e a Administração Regional fazem o mapeamento prévio, indicando os principais pontos de reclamação da comunidade local. A autarquia realiza a frisação e pintura de meio-fio, capina, remoção de entulho e de volumosos, além da varrição.

O SLU realizou um leilão com mais de mil itens que estavam em desuso pelo órgão no ano 2016. A venda pública aconteceu em 29 de novembro de 2016. O leilão ofereceu, entre outros produtos, dez CPUs Semp Toshiba, 37 armários, 85 no-breaks, seis prensas hidráulicas, 74 estabilizadores, 8 aparelhos de som, 11 purificadores e uma usina de incineração de detritos. Uma parte do material era sucata. O valor arrecadado foi entregue à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. O SLU entrou com processo de distribuição de superávit e utilizou esses recursos, em 2017, na compra de materiais permanentes necessários às atividades do órgão, por meio da fonte 217.

4. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

Tabela 4: Série Histórica dos Quantitativos Alcançados na Execução dos Serviços

Atividade	Unidade	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Comparativo 2017/2016 (%)
Coleta dos resíduos domiciliares e comerciais	T	843.217	818.771	828.765	+ 1,22
Coleta, tratamento e destinação dos resíduos de	T	2.466	2.217	2.165	- 2,35
Coleta dos resíduos de remoção (coleta corretiva)	T	706.855	772.268	636.005	- 17,64
Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km	1.345.889	1.250.559	1.284.173	+ 2,69

Atividade	Unidade	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Comparativo 2017/2016 (%)
Varrição mecânica de vias e logradouros públicos	Km	25.539	46.723	41.288	- 11,63
Pintura de meios-fios	Km	4.237	5.349	8.269	+ 54,59
Lavagem de abrigos de passageiros e passagens de	U	65.311	42.791	71.235	+ 66,47
Catação de resíduos	Ha	143.878	150.975	187.268	+ 24,04
Resíduos processados em usinas de tratamento	T	209.121	229.054	230.916	+ 0,81
Resíduos domiciliares aterrados	T	887.220	830.055	809.085	- 2,53
Coleta de animais mortos	U	2.952	3.281	2.920	- 11,00
Coleta seletiva	T	57.496	48.673	29.968	- 38,43
Transferência de resíduos	T x Km	14.773.167	14.782.791	17.004.130	+ 15,03

Coleta Convencional de Resíduos Domiciliares e Comerciais

A coleta de resíduos domiciliares e comerciais apresentou acréscimo de 1,22% em relação ao ano de 2016, com média de 69.063,77 ton/mês, ou cerca de 871 gramas/habitante/dia, para uma população estimada em 3.039.444 habitantes (IBGE – 2017). O acréscimo foi moderado, justificado, em parte, pela crise socioeconômica que assola o País, e por conseguinte, o Distrito Federal. Outros fatores relevantes foram a melhoria do sistema de controle de pesagem implantado em 2016 e aperfeiçoado em 2017, com a informatização de todas as pesagens de resíduos coletados, como também a Lei sobre os grandes geradores, exigindo o cadastramento no SLU e eximindo o SLU de responsabilidades sobre a coleta de grandes volumes de resíduos (acima de 120 litros diários de resíduos indiferenciados) bem como a sua destinação final. Os materiais recicláveis separados pelos grandes geradores e disponibilizados para a coleta seletiva continuam sobre a responsabilidade do SLU.

O serviço de coleta convencional de resíduos está dividido em 3 lotes de atuação, conforme a região geográfica. No ano 2017, o Lote I compreendeu 49,20% da quantidade total coletada, o Lote II a 32,61%, e o Lote III a 18,19% da coleta total, percentuais próximos aos registrados no ano 2016, com redução proporcional nos lotes I e III, e acréscimo no lote II, em relação ao exercício 2016.

Tabela 5: Proporção do quantitativo de resíduos domiciliares coletados em cada lote de serviços contratados

	Empresa	Percentual Populacional	Percentual Coleta	Abrangência
Lote I	Sustentare	47%	49,20%	Itapoã, Paranoá, Região dos Lagos, Condomínios Contagem, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Lago Oeste, Mestre Darnas, Planaltina, Arapoanga, Vale do Amanhecer, Nova Colina, Alto da Boa Vista, Condomínios Grande Colorado, Brazlândia, Park Way I, Núcleo Bandeirante, Guará I, Guará II, Candangolândia, Colônia Agrícola Águas Claras, Setor Militar, Cruzeiro, Asa Sul, Sudoeste/Octogonal, Asa Norte, Lago Sul, Lago Norte, Varjão, Taquari, Mansões do Lago Norte, Torto, Condomínios São Bartolomeu, Condomínios Jardim Botânico, São Sebastião, Setor Residencial Tororó, Setor Habitacional Dom Bosco, Vila Planalto
Lote II	Valor Ambiental	29%	32,61%	Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo I, Vicente Pires, Águas Claras, Arniqueira, Vila Estrutural, Park Way II, Parque Sol Nascente
Lote III	Valor Ambiental	24%	18,19%	Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II (2ª etapa), Riacho Fundo II (3ª etapa), Gama, Santa Maria, Meireles, Água Quente

Gráfico 1: Quantitativos percentuais por lote de serviços

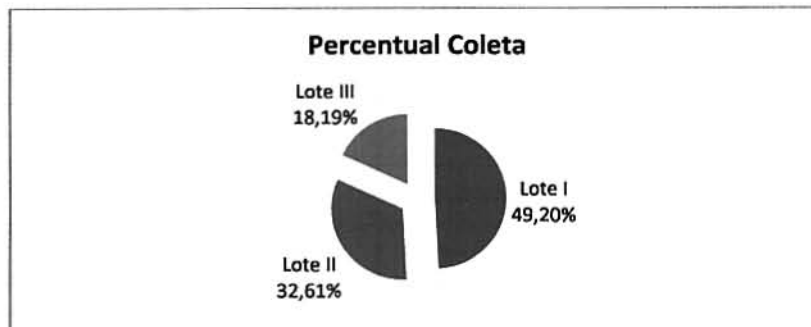
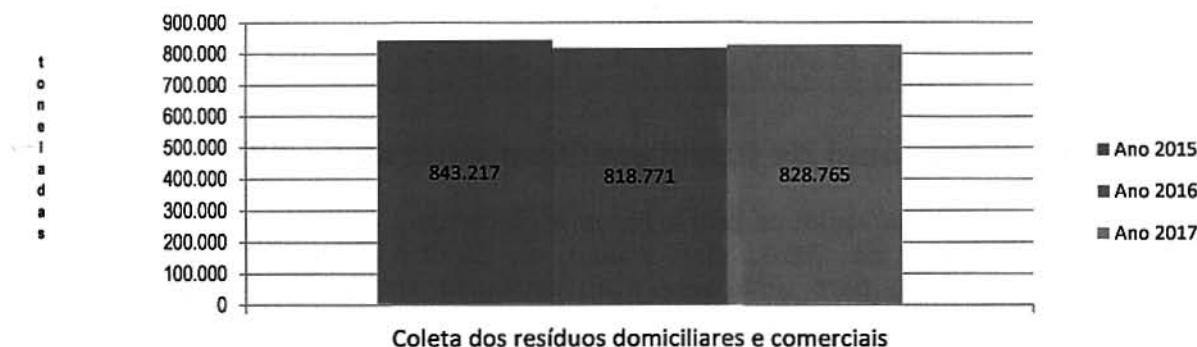


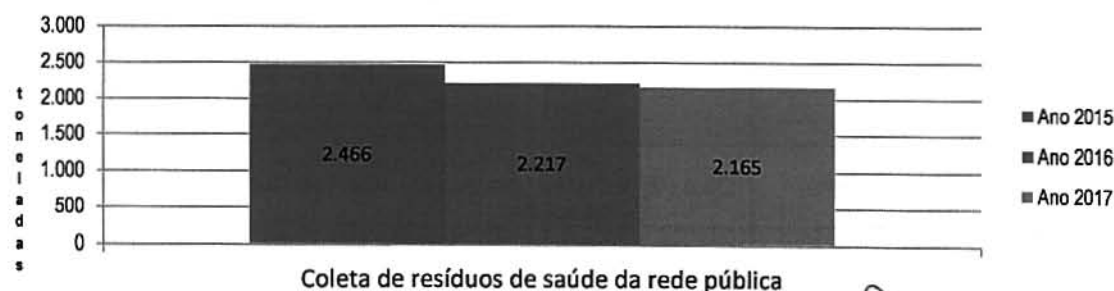
Gráfico 2: Coleta Convencional de resíduos domiciliares e comerciais



Coleta de Resíduos de Saúde da Rede Pública

A coleta de resíduos de serviços de saúde da rede pública apresentou resultado 2,35% inferior ao observado no ano 2016, com média de 180,41 t/mês. O resultado está relacionado às orientações emanadas da Secretaria de Saúde quanto à segregação dos resíduos infectantes gerados na rede pública de saúde, ajudando a reduzir os quantitativos coletados e tratados, com custo médio mensal de R\$ 1,66/kg. Devido parte dos resíduos serem também autoclavados, o contrato para coleta, transporte, tratamento e destinação de serviços de saúde envolve o tratamento tanto por autoclavagem como por incineração. As escórias do tratamento, conforme contrato firmado com empresa especializada são direcionadas para disposição final em Planaltina de Goiás (cerca de 90%) e para Betim em MG (cerca de 10%). A Secretaria de Estado de Saúde – SES, por meio de descentralização orçamentária, repassa os custos de execução do contrato ao SLU. Parecer No 769 da Procuradoria Especial da Atividade Consultiva - PRCON/PGDF referente ao Processo Número 094.000.372/2017 indicou que a contratação destes serviços não se encontra no rol de atividades do SLU e que conseqüentemente não cabe a esta autarquia a realização deste processo licitatório. Este deverá ser feito pela própria secretaria de saúde ou pela SEPLAG como órgão centralizador de contratos e compras do DF.

Gráfico 3: Coleta de resíduos de saúde da rede pública



Coleta de Resíduos de Remoção

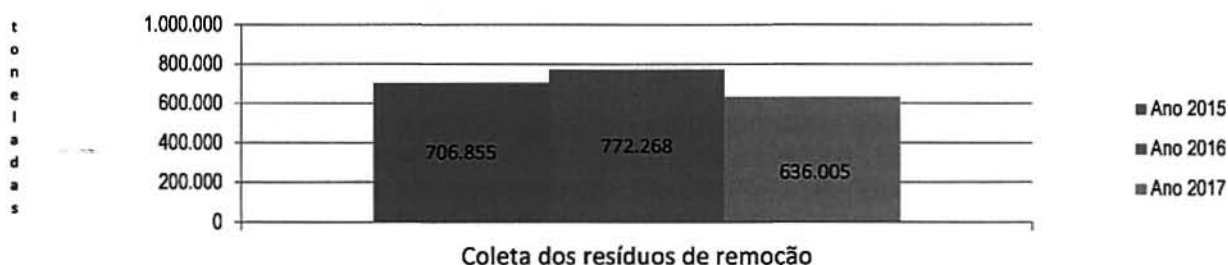
A coleta dos resíduos de remoção, aqui considerada como os resíduos depositados em áreas públicas contendo entulhos diversos, móveis inservíveis, galhadas de árvores apresentou resultado 17,64% inferior em relação ao ano 2016. A situação econômica do País pode ter contribuído para esse resultado, principalmente quanto ao desempenho da construção civil, onde os entulhos desta atividade são o maior componente dos resíduos de remoção em áreas públicas. Foi realizado melhor controle dos quantitativos transportados, e os serviços de remoção de entulhos acompanhou a execução das forças-tarefa em cada Região Administrativa, abrangendo a realização de vários serviços públicos e a atuação de outros órgãos da esfera administrativa do GDF, com relação ao mesmo tipo de serviço, ou seja, as Administrações Regionais e a NOVACAP participaram com recursos próprios na execução da remoção de entulhos.

Os resíduos de remoção foram recebidos no Aterro Controlado do Jóquei sem custos diretos na sua destinação. Houve por parte do SLU apenas o aporte de tratores de esteiras utilizados para o espalhamento destes resíduos em vias de acesso e na conformação de taludes. No ano 2018, com a previsão do encerramento das atividades de recebimento de resíduos domiciliares no Aterro Controlado do Jóquei – ACJ em janeiro de 2018, haverá necessidade de celebração de contrato específico para a destinação de entulhos no ACJ, enquanto outra área específica para recebimento de entulhos seja providenciada com o devido licenciamento ambiental.

O quantitativo de 636.005 toneladas anuais foi obtido por meio da coleta mecanizada de entulhos (623.047,17 toneladas, com média de 51.920,60 t/mês), e da coleta manual de entulhos (12.957,85 toneladas, com média de 1.079,82 t/mês), neste último caso com a utilização de caminhões de menor capacidade de carga, para coleta de resíduos ensacados, eventuais galhadas e resíduos volumosos dispostos em áreas públicas. Na coleta mecanizada, utiliza-se equipe com 1 (uma) pá-mecânica e, geralmente, 6 (seis) caminhões basculantes trucados, com predominância no recolhimento de entulhos diversos (resíduos da construção, terras de escavação e resíduos domiciliares) dispostos em áreas públicas.



A coleta mecanizada de entulhos registrou custo médio de R\$ 28,84/t, enquanto a coleta manual de entulhos registrou custo médio de R\$ 92,10/t.

Gráfico 4: Coleta de resíduos de remoção



Varrição Manual e Mecanizada de Vias

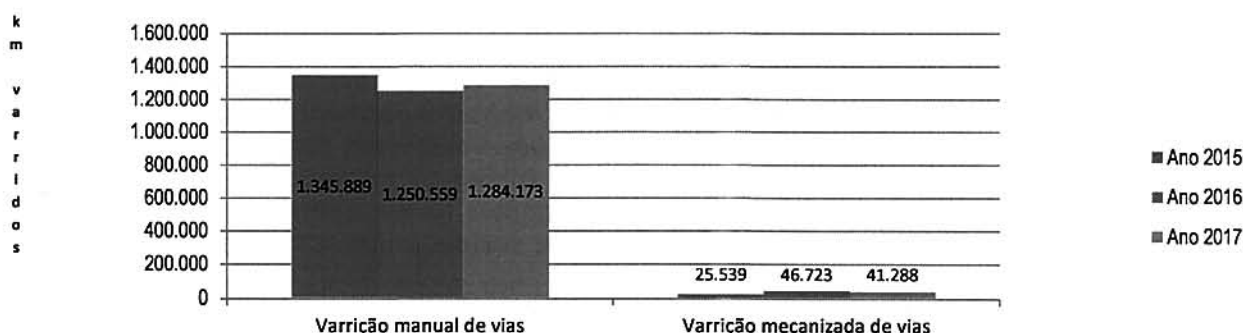
A varrição manual de vias e logradouros públicos apresentou resultado 2,69 % superior ao obtido no ano 2016, com média de 107.014,44 km/mês, embora tenha sido acrescentado novos locais agregados aos trechos de varrição, e diminuição da frequência em outros locais. A varrição manual é o serviço de limpeza que envolve os maiores gastos, devido ao maior contingente de funcionários para sua execução. No ano 2017, cerca de 35,27% de todos os recursos utilizados para pagamento das empresas contratadas para o manejo de resíduos e limpeza pública foi utilizado para pagamento da varrição manual. O custo médio da varrição manual registrou R\$ 104,29/km varrido.

A frequência de varrição é determinada conforme o trânsito de pessoas na localidade e aspecto da limpeza da observada na via, variando de 1 vez por semana a 2 vezes no mesmo dia. A colocação de lixeiras públicas contribui para a melhoria da limpeza no local, e influencia a frequência da varrição, porém exige outros investimentos, tanto para a sua instalação como para a manutenção. O SLU não realizava a instalação de lixeiras públicas. Esta iniciativa estava sob a responsabilidade da NOVACAP. No entanto, para os novos contratos em elaboração para os serviços a serem firmados por meio do Pregão eletrônico nº 02/2017 foi prevista a instalação, a manutenção e a utilização destas lixeiras por parte das empresas a serem contratadas para os serviços de varrição e limpeza de áreas públicas.

A varrição mecanizada de vias e logradouros públicos, por sua vez, apresentou decréscimo nos quantitativos em comparação ao ano 2016, de 11,63%. A utilização de varredoras mecânicas, já em adiantado uso face o final dos contratos de prestação, acarreta quebras excessivas, impedindo seqüência normal destes serviços.. A varrição mecanizada, quando interrompida nestas situações, é substituída pela varrição manual. No ano 2017 registrou desempenho médio de 3.440,67 km/mês e custo médio de R\$43,18/km varrido.

Gráfico 5: Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos



Tratamento de Resíduos Sólidos nas Usinas de Tratamento Mecânico - Biológico

O sistema de tratamento de resíduos sólidos no Distrito Federal teve início com a inauguração, em 1963, da Usina de Triagem e Compostagem de tecnologia dinamarquesa – DANO, situada na Avenida L4/Asa Sul, com capacidade de processamento de 100 (cem) toneladas por dia. Acompanhando o crescimento da produção de resíduos, essa usina teve a capacidade ampliada com a construção de mais duas linhas de processamento em 1972, aumentando seu potencial para 250 (duzentos e cinquenta) toneladas por dia. Em 1985, foi inaugurada outra Usina de Triagem e Compostagem com tecnologia francesa – TRIGA, situada no Setor P-Sul em Ceilândia, com capacidade de processamento de 600 (seiscentas) toneladas por dia.

A última grande modificação no sistema de tratamento de resíduos ocorreu no ano de 2000, com a reforma e adaptações das instalações e equipamentos das Usinas do P Sul em Ceilândia e na L4 Sul da Asa Sul, melhorando a eficiência das usinas e aumentando a capacidade de processamento da Usina da Asa Sul, além da concentração de todo o sistema de compostagem nos pátios da Usina de Ceilândia.

Atualmente, as duas unidades encontram-se em funcionamento, sendo que na L4 Sul de forma bastante precária. A Usina do PSul na Ceilândia vem obtendo uma manutenção razoável de seus equipamentos e tem melhorado o processo operacional inclusive da compostagem em pátios impermeabilizados.

Houve um esforço no sentido de controlar a quantidade de resíduos processados na usina, evitando sobrecarga para melhorar os processos de triagem dos resíduos secos para encaminhamento à reciclagem, de seleção dos resíduos orgânicos para compostagem

e, sobretudo de reduzir as quantidades de rejeitos, para a conseqüente melhoria operacional e redução dos custos. No entanto, houve acréscimo do material processado nas usinas, de 0,81%, e conseqüentemente maior produção com a comercialização e doação do composto principalmente em função da melhoria da manutenção que foi implementada.

Foi publicada em 27/08/2015 a Instrução Normativa nº 64, elaborada em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER, ampliando a quantidade de composto doado para os pequenos agricultores de 30 (trinta) para 90 (noventa) toneladas ao ano havendo maior procura pelo material e liberação do pátio de compostagem conforme demonstrado na Tabela 5. Os rejeitos do processo de compostagem foram utilizados para a cobertura do maciço do Aterro do Jóquei.

Tabela 6: Resíduos processados, produção de composto orgânico sem maturação, rejeito do composto e produção de composto orgânico maturado na Usina do P-Sul para doação ou venda (em t)

Mês	Resíduos processados nas Usinas	Produção de composto nas usinas	Doação (quant. Entregue – em t)	Venda (quant. entregue)	Doação no trimestre	Venda no trimestre	Rejeito do composto
Janeiro	19.535,82	4.754,60	1.827,40	13,56	3.528,51	13,56	1.508,82
Fevereiro	18.752,02	4.577,07	163,98	0			888,41
Março	20.011,94	4.949,70	1.537,13	0			1.265,01
Abril	18.738,37	4.635,80	506,15	0	3.911,72	0,00	1.012,26
Maio	18.167,26	4.714,55	1.758,51	0			1.728,84
Junho	20.098,12	5.114,23	1.647,06	0			1.632,86
Julho	17.940,17	5.425,30	1.661,15	5,10	3.830,76	5,10	1.509,13
Agosto	18.472,60	5.228,24	10,67	0			1.440,93
Setembro	18.441,26	5.212,69	2.158,94	0			961,92
Outubro	18.948,37	5.141,35	1725,55	0	4.028,06	0,00	1.596,27
Novembro	19.686,70	4.974,16	166,72	0			1.599,03
Dezembro	22.123,32	5.391,35	2.135,79	0			776,53
Total	230.915,95	60.119,04	15.299,050	18,66	15.299,050	18,66	15.920,01

Fonte: Relatórios mensais das Usinas de Tratamento da Ceilândia e Asa Sul.

O processamento de resíduos nas usinas de tratamento operadas pelo SLU aumentou 0,81% em relação o ano 2016. A Usina de Tratamento da Asa Sul operou com normalidade no ano 2017, contribuindo para o resultado observado, já que registrou 53.997,40 toneladas em 2016 e 52.272,49 toneladas em 2017, com decréscimo de 3,2% e média de 4.356,04 t/mês. A Usina de Tratamento da Ceilândia teve acréscimo de 2,05% nos quantitativos processados, de 175.056,54 toneladas em 2016, para 178.643,46 toneladas em 2017, com média de 14.588,04 t/mês.

O custo médio do tratamento de resíduos nas usinas operadas pelo SLU registrou o valor de R\$ 64,12/t processada, sendo R\$ 60,10/t na usina da Asa Sul e R\$ 65,30/t na usina da Ceilândia.

A capacidade instalada e o tratamento de resíduos verificado estão no limite do atendimento. Com a expansão do programa de coleta seletiva, pretende-se encaminhar para as usinas de tratamento da Asa Sul e do Setor P-Sul na Ceilândia os resíduos orgânicos gerados pela população em maior proporção, aumentando a eficiência do tratamento com relação à produção de compostos orgânicos, para comercialização e doação aos produtores rurais do DF e entorno. Os materiais recicláveis coletados por organizações de catadores serão destinados para Instalações de Recuperação de Resíduos – IRR´s existentes, e em processo de construção ou reformas.

A produção de recicláveis contabilizados nos relatórios das usinas de tratamento de resíduos do SLU, no Aterro do Jóquei e nas cooperativas contratadas somou 31.859,93 toneladas (plásticos, papel, papelão, sucata, alumínio e outros), 15,93 % superior ao registrado no ano 2016. Ainda assim, foram contabilizados nos quantitativos de triagem os materiais recicláveis coletados e comercializados pelas organizações de catadores que

atuam em áreas operacionais do SLU, fornecidos pelas mesmas. Há necessidade de capacitação de pessoas e sistematização das informações a serem trabalhadas de tal forma a obter estas informações pelo próprio SLU. Convém salientar o quantitativo de materiais recicláveis oriundos do Aterro do Jóquei em 2017, 15,09% inferior ao registrado no ano 2016, por conta de interrupção na obtenção dos dados de saída de recicláveis, impactando esta informação sobre o total registrado, revelando que a atividade de triagem neste local é bastante relevante.

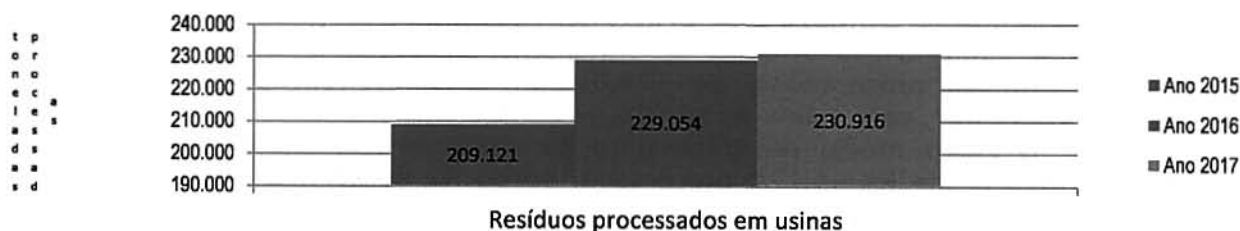
Tabela 7: Materiais recicláveis triados nas usinas de tratamento, no aterro do Jóquei (em t), e nas cooperativas

Resíduo Reciclável	Unidade Operacional				TOTAL
	Usina Ceilândia	Usina Asa Sul	Aterro do Jóquei	Cooperativas	
Papel	907,93	180,11	137,86	1.856,16	3.082,06
Papelão	2.032,20	560,73	1.973,77	-	4.566,70
Plástico	4.062,03	1.743,93	5.292,87	2.042,76	13.141,69
Madeira/osso/outros	0,00	0,00	1.780,95	1.869,73	3.650,68
Sucata	957,17	283,83	1.450,53	625,68	3.317,21
Alumínio	231,82	166,65	15,54	-	414,01
Subtotal reciclados	8.191,15	2.935,25	14.339,28	6.394,25	31.859,93
Composto Orgânico	40.956,11	19.162,93	0,00	-	60.119,04
Rejeito	129.496,20	30.174,31	0,00	-	159.670,51
Processado	178.643,46	52.272,49	14.339,28	6.394,25	251.649,48

A produção de composto orgânico cru oriunda das usinas de tratamento da Asa Sul e da Ceilândia atingiu o quantitativo de 60.119,04 toneladas de janeiro a dezembro de 2017, 20,48% superior ao registrado no ano 2016.

O mercado de resíduos recicláveis no DF contribui para estimular o trabalho executado pelos catadores de materiais recicláveis, que vem ocorrendo em algumas unidades operacionais do SLU, ou seja, nas duas unidades de tratamento (Ceilândia e Asa Sul) e nos Núcleos Regionais onde ocorre a operação de transbordo de resíduos ou serviço de triagem (Gama, Sobradinho, Asa Norte e Brazlândia), como também em organizações de catadores instaladas no DF.

Gráfico 6: Resíduos processados em usinas operadas pelo SLU



Disposição Final de Resíduos

O Aterro Controlado do Jóquei tem sido utilizado como área para a disposição final dos resíduos no solo desde a década de 60 e recebeu em 2017 68,43% dos resíduos coletados no Distrito Federal, aproximadamente 1.778t/dia de resíduos sólidos urbanos – RSU e cerca de 4.000 (quatro mil) toneladas/dia de resíduos da construção e de demolição, além de resíduos volumosos, podas e parte das galhadas oriundas das atividades da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Distrito Federal – NOVACAP. Excetuam-se os resíduos dos serviços de saúde - RSS, eletroeletrônicos e pneumáticos. Em 2016, o Aterro Controlado do Jóquei recebeu a quantidade de 830.054 toneladas de resíduos domiciliares e comerciais, e em 2017 recebeu 556.381,55 toneladas, 32,97% inferior ao ano 2016, por conta do início de operação do Aterro Sanitário de Brasília em 17 de janeiro.

Os impactos sobre os corpos hídricos com a continuidade da disposição inadequada dos resíduos são preocupantes, principalmente, diante da possibilidade de contaminação de águas subterrâneas por chorume por meio da infiltração no solo. Essa situação é ainda mais crítica, visto que os mananciais da região são frequentemente utilizados pelos habitantes locais e fazem parte de uma importante bacia hidrográfica do Distrito Federal (a Bacia do Lago Paranoá). A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, em outubro do ano 2017, deu início à captação e tratamento da água do Lago Paranoá para abastecimento público do DF, com uma retirada de 700 litros/segundo.

Houve decréscimo de 2,53% das quantidades aterradas de resíduos, possivelmente retratando a situação econômica vivida pelo País e ao maior controle do sistema de pesagem que passou a ser todo feito eletronicamente.. Os quantitativos de resíduos recebidos e pagos à empresa prestadora de serviços envolvem outros tipos de resíduos como, lodos de esgoto provenientes da Caesb, gorduras, resíduos com características domiciliares coletados por terceiros, animais mortos coletados em vias públicas e resíduos de podas e galhadas provenientes da Novacap.

O encerramento de parte das atividades de aterramento no Aterro do Jóquei, e início de operação do novo Aterro Sanitário de Brasília, localizado na Região Administrativa de Samambaia, sofreu várias alterações de datas. Estava previsto para meados do ano 2014, prazo que ficou estendido para outubro de 2016, e posteriormente para janeiro de 2017. Com a inauguração do aterro sanitário, a data de encerramento definitivo das atividades de aterramento de resíduos domiciliares e comerciais no ACJ ficou estabelecida para 20 de janeiro de 2018.

Ocupando uma área de cerca de 200 hectares, limítrofe à área do Parque Nacional de Brasília, o antigo lixão tornou-se um grande foco de degradação ambiental e um centro de conflito social motivado pela ocupação no seu entorno por moradias precárias habitadas em parte por catadores de materiais recicláveis, pessoas sem residência e invasores. Registra-se ainda a presença de catadores de materiais recicláveis que trabalham sem nenhuma relação formal com o Serviço de Limpeza Urbana – SLU. Ali ocorrem situações equiparadas às piores condições de trabalho, com riscos constantes de acidentes inclusive fatais, e representa um caso de desrespeito à dignidade humana. São inúmeros registros fotográficos, relatórios e filmagens retratando a situação degradante do trabalho ali realizado.

O acesso principal ao Aterro Controlado do Jóquei se dá pela Rodovia EPCL-DF-095/BR-070, conhecida como Via Estrutural, que liga o Plano Piloto a Taguatinga, dentro do Distrito Federal. O acesso à sua entrada principal se dá pela Quadra 12 da Cidade Estrutural, onde se encontra uma guarita para o controle de entrada de veículos carregados. Através da Quadra 5 localiza-se o acesso à entrada administrativa de pedestres e carros de passeio e utilitários.

A área destinada à implantação e operação do Aterro Controlado do Jóquei tem um formato trapezoidal, com o vértice do topo triangular apontando, aproximadamente, para o norte geográfico, e é de propriedade da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – Terracap em processo de transição para o SLU.

Foto 4 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei – Brasília/DF (Imagem Google - 2014).



Handwritten signature or mark.

Foto 5 – Vista aérea do Aterro Controlado do Jóquei



São ainda diversos os planos elaborados, em especial ao longo das duas últimas décadas, para o fechamento do aterro do Jóquei. Devido ao contingente de catadores nas frentes de operação do aterro, ocorrem freqüentes paralisações promovidas por eles mesmos, para protestar a respeito de demandas ou questionamentos, originando sobrecargas nos locais de armazenamento temporário (transbordos), como nas usinas de tratamento, provocando transtornos operacionais, ambientais e financeiros. A entrada de alimentos vencidos originados de redes de supermercados foi proibida no Aterro do Jóquei, evitando o consumo indevido, como também, sua comercialização desde julho de 2015.

Embora tenha havido grandes esforços para o fechamento do Aterro do Jóquei, o SLU pretende permanecer com a área em atividade a ser utilizada apenas para a recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil. Houve a contratação de empresa para a instalação de 2 balanças rodoviárias no local para o controle e cobrança dos resíduos depositados por particulares.

O Aterro Controlado do Jóquei possui uma central de beneficiamento de resíduos da construção civil – RCC que se encontrava desativada, uma vez que a área estava ocupada pelos catadores. Após o remanejamento dos catadores para outro local dentro da mesma área, a central foi reativada e tem seu funcionamento interrompido sempre que há problemas de furto de parte dos equipamentos.

O licenciamento ambiental do Aterro do Jóquei foi solicitado à antiga Semarh sob o número: 191.000.906/1992. Esse processo está em análise no IBRAM, reúne informações gerais sobre o aterro, mas não há nenhuma licença ambiental concedida.

O Aterro Controlado possui ainda sistemas de drenagem dos líquidos percolados, de gás e drenagem externa superficial que são recuperados e mantidos. Para reduzir os riscos de explosões e incêndios, o aterro está dotado de 159 "queimadores", que realizam a combustão dos gases gerados no interior do aterro.

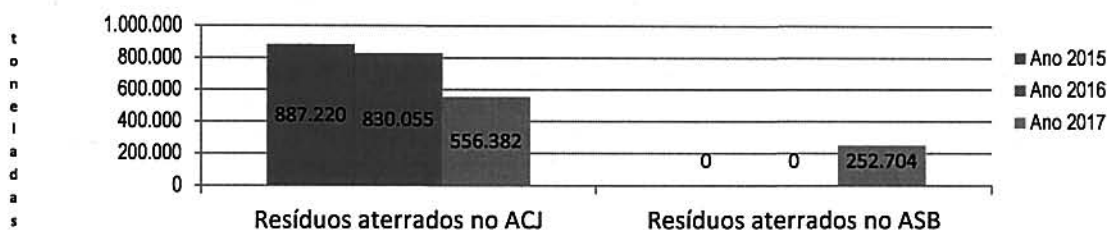
Apesar de todo o esforço e das melhorias operacionais implantadas, pode-se dizer que a situação do Aterro Controlado do Jóquei é ainda muito precária e incompatível com o padrão e a importância do Distrito Federal no contexto nacional.

No ano 2015, foi criado Grupo de Trabalho para elaborar o Plano de Intervenção no Aterro do Jóquei, devido às diversas irregularidades ali encontradas nos seus diferentes aspectos e definir os órgãos responsáveis para sanar os problemas identificados. O enfrentamento dos problemas ali identificados vão muito além daqueles sob a responsabilidade do SLU. Devido à amplitude dos problemas, houve a necessidade de seu enfrentamento por um conjunto de ações sob a responsabilidade de diversas instituições governamentais. Dentre as ações que foram feitas no ano 2015 que fizeram o antigo lixão passar a ser considerado um aterro controlado temos: policiamento ostensivo e mais freqüente dentro e nas imediações do aterro, visando assegurar a ação de servidores e da direção do SLU e das empresas contratadas na realização de suas atividades; cercamento de toda a área; reforma das balanças para controle e pesagem de resíduos; foi impedido o recebimento de alimentos vencidos e vencidos; recuperada a posse do poço artesiano

tomado por atravessadores para a lavagem de latinhas de alumínio; foram tomados e recuperados os equipamentos de recebimento e trituração e uso do entulho de construção civil para melhoria e abertura de acessos internos; acesso e controle de pessoas e veículos apenas pelas duas portarias existentes, e abertura de fosso profundo como também a recuperação sistemática da cerca de arame em torno do aterro. O acompanhamento das ações previstas no Plano de intervenção é constante.

Em decorrência do Decreto nº 36.757/15, de redução de despesas, foi reduzido o quantitativo de postos de fiscais de piso, e priorizado o controle de portarias e do acesso de pessoas no local.

Gráfico 7: Resíduos aterrados no Aterro do Jóquei e Aterro Sanitário de Brasília



Aterro Sanitário de Brasília - ASB

O Aterro Sanitário de Brasília, construído para atender a todo o Distrito Federal, inicialmente denominado Aterro Sanitário de Samambaia em alusão à sua localização na Administração Regional, e posteriormente de Aterro Sanitário Oeste - ASO devido à sua localização relativamente ao Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás - CORSAP, é hoje o Aterro Sanitário de Brasília - ASB. Localizado entre as Regiões Administrativas - RAs de Samambaia e de Ceilândia, foi projetado pela empresa Cepollina Engenheiros Consultores S.A, no ano de 2012. O projeto foi contratado pelo Programa Brasília Sustentável, vinculado à Agência Reguladora de Águas e Energia do Distrito Federal - ADASA com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A extensão total da área do aterro é de 760.000 m² (76 ha), sendo que a área de interferência para implantação do ASB é de aproximadamente 490.000 m² (49 ha). Esse espaço contempla as áreas de disposição de rejeitos, 320.000 m² (32 ha), e de apoio administrativo e operacional, o poço de recalque de chorume para a Estação de Tratamento de Esgoto Melchior, operada pela Caesb, e a área para disposição emergencial de resíduos de serviços de saúde. Adjacente ao ASB, existe uma gleba prevista para a ampliação do aterro de aproximadamente 760.000 m² (76 ha). Com essas duas glebas, a dimensão total do Aterro Sanitário de Brasília passa a ser de aproximadamente 1.5200.000 m² (152 ha). A previsão de que estas áreas sejam cedidas da Terracap para o SLU em duas etapas sendo repassados cerca de 41 ha em uma primeira fase e outros 35 em uma segunda fase em função de desembaraços legais necessários.

O projeto prevê a segmentação da disposição de rejeitos no Aterro Sanitário de Brasília em quatro etapas. A tabela abaixo sistematiza a área de cada etapa, sua capacidade de recebimento de rejeitos e sua vida útil estimada.

Tabela 8 - Etapas da construção do Aterro Sanitário de Brasília no Distrito Federal

Etapa	Área (m ²)	Capacidade (t)	Vida Útil (anos)
Etapa 1	110.000	1.872.000	3,1
Etapa 2	122.000	1.990.000	3,2
Etapa 3	88.000	1.596.000	2,6
Etapa 4 - Coroamento	-	2.672.000	4,4
Total	320.000	8.130.000	13,3

Para a estimativa da vida útil das etapas foi considerada a demanda mensal média da ordem de 51.000 (cinquenta e uma mil) toneladas de resíduos. Essa estimativa considera, ainda, recalques conservadores da ordem de 20% (vinte por cento) e peso específico médio dos resíduos de 1,00 tf/m³, resultando em uma vida útil inicial do empreendimento de aproximadamente 13,3 anos. Para implantar e operar a Etapa 1 do Aterro Sanitário de Brasília, o SLU lançou em 2014 uma licitação, que foi vencida pelo consórcio GAE/CONSTRURBAN/DBO

Considerando a capacidade total de recebimento de rejeitos informada no projeto, 8.130.000 toneladas, e a demanda mensal de rejeitos gerada atualmente (75.000 toneladas/mês), a vida útil do aterro seria de aproximadamente 108 meses, ou seja, 9 anos. Ainda considerando essa demanda, a Etapa 1 do Aterro receberia rejeitos por aproximadamente 25 meses, ou seja, 2 anos e 1 mês. A inauguração do ASB ocorreu em 17 de janeiro de 2017.

Em 2017 o Aterro Sanitário de Brasília recebeu 272.705 toneladas correspondendo a uma média mensal de 21.059 toneladas e a uma média diária de 807 toneladas. As despesas para este aterramento corresponderam a R\$ 5.994.136,54 ou seja uma despesa média mensal de R\$ 499.511,38, correspondendo a um valor de R\$ 23,72 a tonelada aterrada.

Foto 6 – Visão geral do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 7 – Vista do acesso ao Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 8 – Vista da célula inicial do Aterro Sanitário de Brasília



f

ACB

Foto 9: Aterro Sanitário de Brasília. Detalhes: compactação de resíduos, dreno de gases e material para cobertura. Ao fundo, manta protetora da célula de aterramento.



Para a execução do projeto das unidades de apoio operacional e administrativo, bem como das obras de urbanização da área do Aterro Sanitário de Brasília – ASB foram celebrados convênios com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb para a contratação da execução dos serviços.

Foto 10: Vista da parte administrativa do Aterro Sanitário de Brasília - ASB



Foto 11: Tanque para recebimento de chorume



Foto 12: Tanques para recebimento de águas pluviais



Foto 13: Placa com informação sobre a licença de operação do aterro

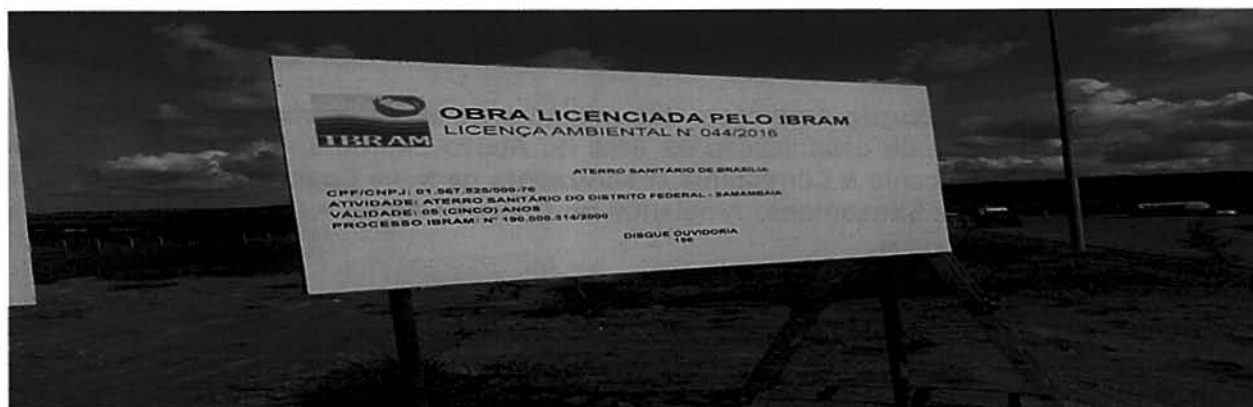


Tabela 9 - Objeto dos convênios

Convênio	Objeto
001/2012	Cercamento, portões de acesso, barreira vegetal, drenagem pluvial, vias de acesso e retornos na DF 180.
002/2012	Projeto executivo da estação elevatória e linha de recalque e estação de pré-tratamento de chorume.
003/2012	Sistema viário interno, drenagem de águas pluviais e projetos executivos das edificações administrativas.
001/2013	Execução das edificações (prédio administrativo, prédio de apoio/administração, balança, portaria, guarita, oficina e estacionamento das edificações).

Os convênios celebrados pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap não foram executados no tempo inicialmente previsto, foram aditados e prorrogados, e foram concluídos. O convênio firmado com a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb para a construção da estação elevatória de chorume encontra-se vigente.. Houve necessidade de celebração de contrato com o consórcio que opera o aterro para prestação de serviço de transporte de chorume, por meio de caminhões pipa, para a estação de tratamento de esgoto do Melchior, operada pela CAESB.

Serviços Complementares

A execução de serviços complementares de limpeza pública apresentaram os seguintes resultados em relação ao ano 2016:

A lavagem de abrigo de passageiros e passagem de pedestres registrou acréscimo de 66,47% no quantitativo de lavagens efetuadas, e redução de 3,72% no quantitativo de equipes de trabalho fornecidas. Isso se justifica devido a uma falha na obtenção das informações registradas no ano 2016 sobre o quantitativo de lavagens. Estas informações ficaram prejudicadas devido à ausência dos quantitativos de 2 das 3

coordenações responsáveis por estes serviços. O custo médio deste serviço foi de R\$ 33.172,31/equipe para a lavagem de vias, e de R\$ 68.174,25/equipe para a lavagem de monumentos.

A coleta de animais mortos em vias públicas apresentou decréscimo de 11,00% no quantitativo de animais recolhidos, com o mesmo nº de equipe de trabalho. O quantitativo depende das ocorrências fatais em vias públicas. O custo médio foi de R\$ 77.553,09/equipe.

A catação de papéis em áreas verdes registrou resultado 24,04% superior ao verificado no ano 2016 em relação ao quantitativo de hectares conservados. Utiliza-se, nestes casos, variáveis como projeção de desempenho por trabalhador e nº de dias úteis trabalhados no mês. O resultado observado teve relação com a contratação definitiva do lote II, onde a catação de papéis foi incrementada quanto ao fornecimento de equipes, em detrimento da execução de serviços diversos, que foi suprimida neste lote de serviços. O custo médio verificado foi de R\$ 72.497,04/equipe.

A pintura de meios-fios registrou acréscimo de 54,59% em relação o ano 2016. Estes serviços realçam a limpeza pública e são essenciais para melhorar a condição de dirigibilidade de veículos. Servem como um sinalizador dos limites das vias. Com a nova contratação do lote II dos serviços de limpeza e manejo de resíduos, foi introduzida a pintura mecanizada de meio fio neste lote, substituindo a pintura manual de meio fio neste contrato. Devido o fornecimento de 2 equipes neste lote 2, ou seja, 2 máquinas executando os serviços de pintura mecanizada, o resultado foi superior ao observado no ano 2016, embora a opção de redução destes serviços no início do período chuvoso. O custo médio destes serviços alcançou o valor de R\$ 92.394,35/equipe, considerando tanto a pintura manual, quanto a pintura mecanizada. Separadamente, a pintura mecanizada apresentou custo médio de R\$ 61.698,96/equipe, enquanto a pintura manual apresentou custo médio de R\$ 107.027,61/equipe.

Gráfico 8: Coleta de animais mortos e lavagem de abrigos e passagem de pedestres (unidades)

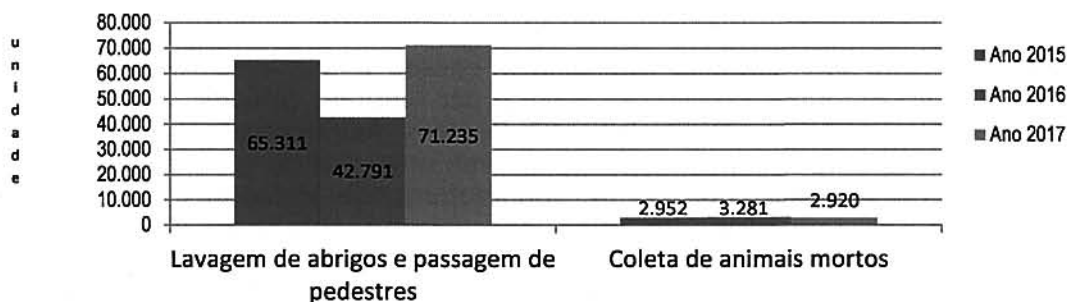


Gráfico 9: Pintura de meios fios (quilômetros pintados)

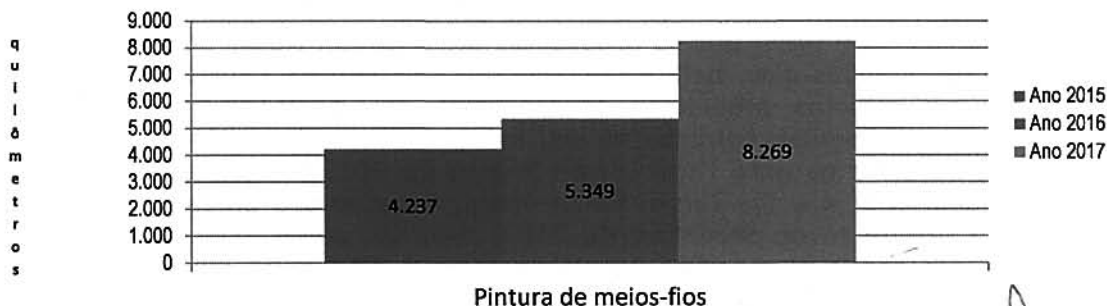
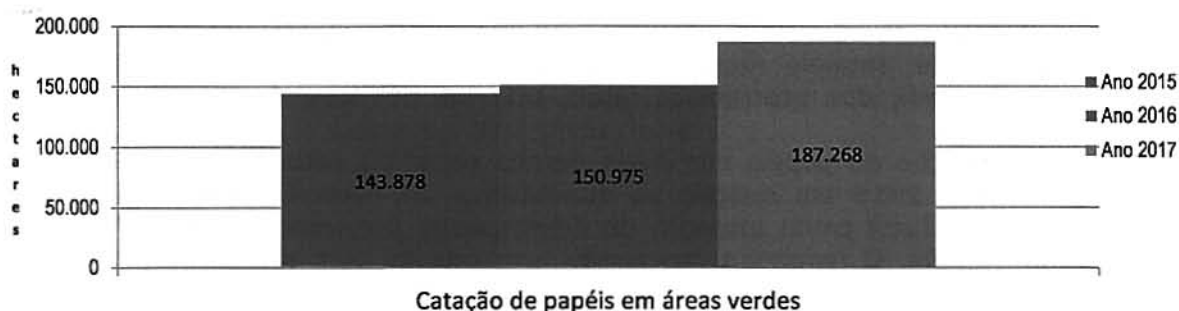


Gráfico 10: Catação de papéis em áreas verdes (hectares limpos)



Estes serviços complementares são medidos pelo fornecimento do número de equipes de trabalho. Em relação o ano 2016, o quantitativo de equipes contratadas apresentou o seguinte resultado proporcional, conforme tabela:

Tabela 10: Quantitativo de equipes contratadas

Serviço	Unidade	Ano 2015	Ano 2016	Ano 2017	Comparativo 2017/2016 (%)
Lavagem de vias	Equipe	80,24	74,35	72,00	- 3,16
Lavagem de monumentos	Equipe	36,01	36,92	35,13	- 4,85
Catação de papéis	Equipe	288,11	298,65	363,70	+ 21,78
Pintura de meios-fios	Equipe	37,11	46,74	71,30	+ 52,55
Serviços diversos	Equipe	391,89	438,94	401,02	- 8,64
Coleta de animais mortos	Equipe	12,00	12,00	12,00	0

Coleta Seletiva

A coleta seletiva de materiais recicláveis, que antes era executada pelo SLU a título de projeto piloto em algumas localidades, passou a ser executada por empresas contratadas pelo SLU em parte do Distrito Federal por empresa privada, e em parte do DF por associações de catadores. Atualmente 17 Regiões Administrativas contam com os serviços de coleta seletiva do SLU: Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Santa Maria, Brazlândia, Samambaia realizadas por 4 cooperativas de catadores utilizando-se de caminhões abertos tipo carroceria; Ceilândia, Taguatinga, Lago Norte, Guará, Park Way, SIA, SCIA, Vicente Pires, Octogonal/ Sudoeste, Cruzeiro, Plano Piloto e Águas Claras por empresa privada utilizando-se de veículos compactadores. Algumas destas Regiões Administrativas são atendidas parcialmente.

Em fevereiro de 2014 o SLU ampliou a coleta seletiva para todas as Regiões Administrativas do DF inclusive para a área rural. No entanto, devido à baixa quantidade do material apresentado para coleta, o alto índice de rejeitos gerados, houve o desinteresse de algumas empresas contratadas na continuidade da prestação do serviço por alegações de alto custo e baixa eficiência econômica. Devido a estes problemas não se interessaram em renovar os contratos que eram anuais renováveis até 5 anos., Nesse sentido, o SLU optou pela avaliação das Regiões com melhor desempenho esuspendeu a coleta seletiva naquelas que apresentavam maiores problemas operacionais. Foi, portanto, suprimida a coleta seletiva em algumas Regiões Administrativas, entre as quais Planaltina, Paranoá, Itapoã, São Sebastião, Fercal e na área rural (desde março de 2015), e nas localidades de Park Way (exceto quadras 3, 4 e 5), Gama, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo 1 e Riacho Fundo 2 (desde 13 de dezembro de 2015). Não foi, ainda, possível reestabelecer a coleta seletiva em todas as Regiões Administrativas – RAs onde ela foi suspensa. Nas regiões administrativas de Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Samambaia, Santa Maria e Brazlândia a coleta seletiva foi retomada por meio da contratação de 4 organizações de catadores a saber: Recicla Brasília, R3, Acobraz e Reciclo.

O SLU contratou em 2016 a construção, e inaugurou em 2017, sete Pontos de Entrega Voluntária – PEV, posteriormente denominados de “Papa Entulho”, com a

determinação de receber até 1 m³ / viagem, de entulho da construção civil, galhadas, móveis inservíveis e materiais da coleta seletiva. Portanto, o SLU passará a contar com a coleta seletiva também ponto a ponto, onde a própria população faz a adesão ao Programa de Coleta Seletiva por meio do encaminhamento de resíduos recicláveis a estes pontos. Foram visitadas as 31 Regiões Administrativas e identificados 62 locais que estão em análises junto à Terracap, para verificação das questões fundiárias, e junto à Secretaria de Gestão do Território e Habitação – SEGETH, para a análise das questões urbanísticas. O custo médio de cada unidade gira em torno de R\$ 140.000,00 a depender da área disponível e da infra estrutura existente e a ser construída.

Ainda em 2017 foram licitadas 3 novos Papa Lixos que terão sua obra iniciadas em 2018, sendo mais um para Brazlândia, mais um para Ceilândia e um para a Asa Sul.

Conforme tabela 11, os Papa-entulho já inaugurados são:

Tabela 11: Papa-entulhos inaugurados no ano 2017

Localidade	Endereço
Ceilândia	QNN 29
	QNP 28
Taguatinga	QNG 47, Área Especial 9, às margens da BR-070
Brazlândia	Área Especial 2, Lote K, Setor Norte
Gama	Avenida Contorno, Lote 2
Guará	SRIA II QE 25, Área Especial do Cave, ao lado da Feira Permanente, no Guará 2
Planaltina	Setor Norte, Área Especial 2, Lotes 11/12, próximo ao 14º Batalhão de Polícia Militar

Excetuando o Papa-entulho do Guará, os demais foram construídos em áreas operacionais do SLU/DF, como nos Núcleos de Limpeza e na Usina de Tratamento de Resíduos do P-Sul, devido às facilidades quanto à questão fundiária.

Foto 14: Papa-entulho



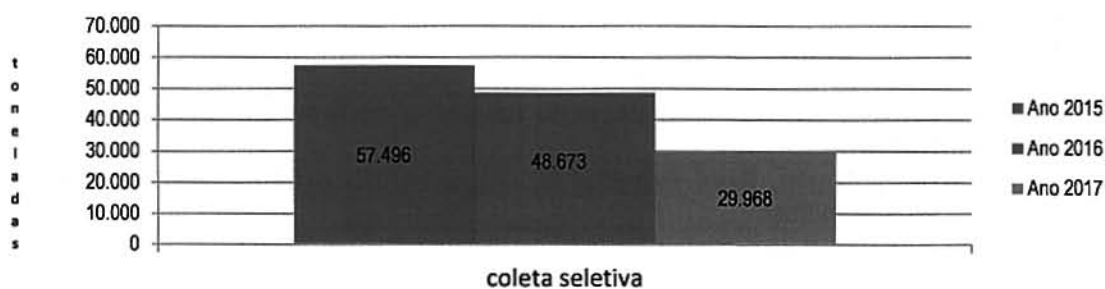
Em novembro de 2017, o SLU publicou a chamada pública nº 03/2017 para a contratação do serviço de coleta seletiva porta a porta e/ou ponto a ponto para cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis.. As cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis deveriam ser constituídas por catadores que tinham como renda exclusiva, o produto obtido com o processamento e a comercialização dos resíduos sólidos urbanos recicláveis. No início do ano 2018, há previsão de início destes serviços, após obedecido os critérios de pontuação para habilitação e classificação.

No ano 2017 a coleta seletiva apresentou decréscimo nos quantitativos recolhidos, de 38,43%, justificado pelo cancelamento de contratos de coleta seletiva, devido sua pouca eficiência em algumas localidades. O custo médio da coleta seletiva, em 2017, registrou um valor médio de R\$ 232,11/tonelada coletada.

Complementarmente ao serviço de coleta seletiva, o SLU contratou a R\$92,11 / tonelada os serviços de triagem dos materiais recicláveis comercializados executados por cooperativas de catadores de materiais recicláveis como forma de remunerar os serviços, principalmente, por evitar o aterramento destes resíduos, além de custos com impostos e equipamentos de proteção individual. As 12 cooperativas/associações atualmente contratadas devem comprovar a comercialização dos resíduos recicláveis, por meio das notas fiscais, como forma de receber os recursos previstos em contrato.

A redução do quantitativo coletado seletivamente não implica em igual redução de resíduos separados e comercializados. Isto porque grande parte do que deixou de ser coletado seletivamente foi devido à baixa qualidade do material contaminado com resíduos orgânicos mais pesados que os resíduos secos. 3

Gráfico 11: Coleta Seletiva (toneladas)



Transferência (transbordo) de resíduos

A transferência ou transbordo de resíduos, serviço inserido no lote 3 dos serviços de limpeza, foi realizado em 12 situações distintas no exercício 2017:

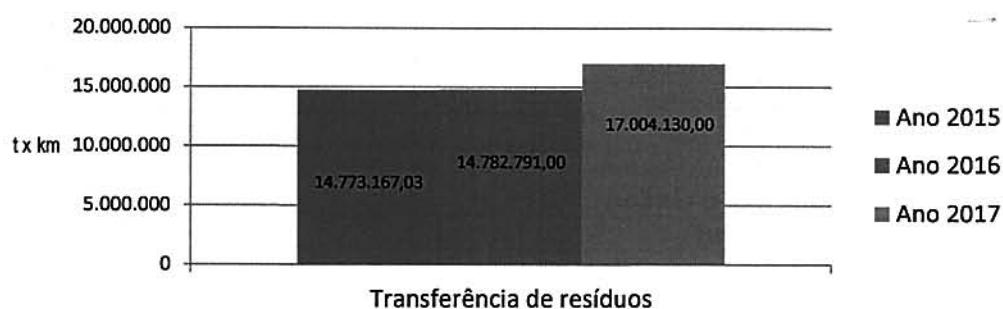
- 1- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para o Aterro do Jóquei;
- 2- Transbordo de rejeitos da Unidade de tratamento de Brazlândia para o Aterro do Jóquei;
- 3- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo do Gama para o Aterro do Jóquei;
- 4- Transbordo de rejeitos da estação de transbordo de Sobradinho para o Aterro do Jóquei;
- 5- Transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
- 6- Transbordo de rejeitos do composto da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro do Jóquei;
- 7- Transbordo de composto virgem da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para usina de tratamento de resíduos da Ceilândia;
- 8- transbordo de rejeitos da Unidade de tratamento de Brazlândia para o Aterro Sanitário de Brasília;
- 9- transbordo de rejeitos da estação de transbordo de Sobradinho para o Aterro Sanitário de Brasília;
- 10- transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Asa Sul para o Aterro Sanitário de Brasília;
- 11- transbordo de rejeitos da usina de tratamento de resíduos da Ceilândia para o Aterro Sanitário de Brasília;

12- transbordo de rejeitos da estação de transbordo do Gama para o Aterro Sanitário de Brasília.

Com a inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, em 18 de janeiro de 2017, as situações 1, 2, e 5 não foram mais realizadas a partir desta data.

A unidade de medida para pagamento dos serviços é "t x km", ou seja, a cada tonelada transportada e a cada km percorrido pagou-se, em 2017, o valor médio de R\$ 0,86. Os quantitativos pagos em 2017 foram superiores aos registrados em 2016, em 15,03%, devido à distância maior entre o Aterro Sanitário e locais de geração e aumento de quantitativos de resíduos transportados. Com o fechamento do Aterro Controlado do Jóquei em 20 de janeiro de 2018, há tendência de aumento de custos com o transporte / transbordo de resíduos no exercício 2018.

Gráfico 12: transferência / transbordo de resíduos



Educação Ambiental

O SLU tem entre as suas atribuições a tarefa de promover e participar de projetos e programas de orientação e educação ambiental de acordo com as diretrizes nacionais e distritais (Lei 12.305 e Decreto Distrital nº 35.972/2014, art. 1º, inciso X). Suas atividades consistem na sensibilização, conscientização sobre consumo consciente, coleta seletiva e manejo adequado dos resíduos sólidos. Foram oferecidas para instituições públicas e privadas, e população do Distrito Federal, as seguintes ações:

Tabela 12 : Atividades de Educação Ambiental realizadas no ano 2017

Atividades	Nº de ações	Pessoas atendidas
Palestras	27	1.483
Contação de história	07	809
Teatro	14	2.310
Visita ao Aterro Controlado do Jóquei	29	397
Visita ao Aterro Sanitário de Brasília	15	265
Visita à Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia e ao Museu da Limpeza Urbana	22	964
Visita à Usina de Tratamento Mecânico Biológico da Asa Sul	04	59
Museu da Limpeza Urbana – Itinerante	08	2.911
Inauguração do Aterro Sanitário de Brasília	01	312
Agentes de Cidadania Ambiental	09	900
Homenagem de carnaval aos garis com grupo Patubatê	01	200
Capacitação dos ambulantes para o carnaval	02	250

Mobilização de grandes geradores	01	50
Curso para professores	04	35
Mobilização para Coleta Seletiva	05	517
Portal do Voluntariado	03	35
Lar Verde Lar	05	250
II corrida dos Garis	01	811
Capacitação dos Núcleos de Vigilância Ambiental da Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL)	9	299
Total	94	12.343

Além dos atendimentos diretos mencionados anteriormente, houve a distribuição de folhetos informativos porta a porta, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 13: Distribuição de material informativo – ano 2017

Ação	Quantidade
Coleta Seletiva	13.500
Papa Entulho	117.500
Papa Lixo	3.000
Campanha Eu Ajudei a Fechar o Lixão	20.000
Total	154.000

ATIVIDADES DE ROTINA

O SLU ofereceu ao público em geral, principalmente escolas e instituições públicas e privadas, palestras, contação de histórias e apresentações teatrais com enfoque nos resíduos sólidos e na coleta seletiva. Também foram realizadas visitas guiadas às Usinas de Tratamento Mecânico Biológico da Ceilândia e da Asa Sul, ao Museu da Limpeza Urbana-MLU na Ceilândia, ao Aterro Controlado do Jóquei e ao Aterro Sanitário de Brasília.

Foto 15: Visitação na Usina de Tratamento



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Foto 16: Ações de mobilização social



Ações de mobilização social realizadas em 2017:

SQS 415: Roda de conversa com moradores da quadra e orientação porta a porta no comércio local sobre o adequado descarte e acondicionamento dos resíduos sólidos e a Lei dos Grandes Geradores dos Resíduos Sólidos.

Setores Hoteleiros: Orientação a hotéis e outros grandes geradores sobre a coleta seletiva e o combate ao mosquito da dengue, realizada em conjunto com AGEFIS e Divisão de Vigilância Ambiental, da Secretaria de Saúde.

Novas RA's com coleta seletiva: Orientação e entrega de panfletos sobre a retomada da coleta seletiva no mês de junho em algumas áreas do Guará, SIA, Setor Noroeste, Lago Norte e SOF Sul. O trabalho foi realizado por garis e servidores do Núcleo de Limpeza de Planaltina do SLU.

Papa Entulhos: Realização de orientação porta a porta sobre a utilização dos Papa Entulhos nas regiões onde estes equipamentos foram instalados. A ação foi realizada em parceria com equipe do SLU e AGEFIS.

Papa Lixos: Realização de orientação porta a porta sobre a utilização dos Papa Lixos para o descarte de resíduos domiciliares no Setor Habitacional Sol Nascente, em Ceilândia, e paisagismo nas áreas onde estes equipamentos foram instalados. O trabalho foi realizado por servidores com apoio dos garis.

Lar Verde Lar: Reuniões comunitárias realizadas em escolas em Ceilândia, Cruzeiro, Taguatinga, Asa Norte e Asa Sul, com a coordenação da Casa Civil, para divulgar a coleta seletiva.

Núcleo de Orientação SLU: Grupo de 4 servidores que atuam duas vezes por semana na orientação e entrega de panfletos à população e comércio nas rotas da coleta seletiva que apresentam índices insatisfatórios de separação dos recicláveis.

Portal do Voluntariado: Criação do programa para voluntários "Eu Ajudei a Fechar o Lixão", cujo objetivo é melhorar a coleta seletiva para que as cooperativas que estão saindo do lixão atuem em centrais de triagem com resíduos de melhor qualidade. Os inscritos no site www.portaldovoluntariado.df.gov.br foram capacitados e receberam folhetos informativos para atuarem em suas comunidades e locais de trabalho divulgando a coleta seletiva.

Museu da Limpeza Urbana: O Museu da Limpeza Urbana recebeu melhorias por meio de fomento da Fundação de Apoio a Pesquisa (FAPDF): Pesquisa para desenvolvimento

dos Ambientes da Rede Distrital de Educação e Divulgação Científica. Todas as peças foram catalogadas e higienizadas e foram adquiridos novos equipamentos.

Ao longo de 2017, foram realizadas exposições do Museu com estande de educação ambiental no Dia Mundial da Água no Parque Dom Bosco, na Rodoviária do Plano Piloto, no Aeroporto Internacional de Brasília e na Câmara Legislativa, no Green Move Festival, no SESI/Gama e na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Tabela 14: Quantitativo de visitantes em eventos

Local	Visitantes
Evento: "Ocupe o Lago" Ermida Dom Bosco	110
Rodoviária do Plano Piloto	232
Aeroporto Internacional de Brasília	182
Câmara Legislativa do Distrito Federal	176
Festa Julina SESI Gama	294
III Corrida do Gari-Eixão Norte	80
Evento: "Green Move" Museu da República	357
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia-SNCT 2017	1.480
TOTAL	2911

PRINCIPAIS EVENTOS E PARCERIAS

Inauguração do Aterro Sanitário de Brasília: Exposição na inauguração do Aterro Sanitário de Brasília, em janeiro de 2017, mostrou o funcionamento do Aterro, com exibição de duas maquetes 3D destacando as diferenças entre um lixão e um aterro sanitário. Os visitantes do estande receberam materiais informativos sobre coleta seletiva, compostagem caseira, minhocário, além de uma muda de planta. O evento terminou com a apresentação do Grupo Patubatê, que utiliza instrumentos feitos de sucatas e outros materiais reaproveitáveis.

Foto 17: Servidores e convidados na inauguração do Aterro Sanitário de Brasília. Maquete do aterro.



"Labirinto a Saída Para o Lixo": Intervenção urbana educativa instalada no complexo cultural do Museu da República, realizada em parceria com empresa do ramo de recicláveis. Consistiu em um labirinto confeccionado com 200 fardos de materiais recicláveis, cada um pesando 1 tonelada, trazendo ao longo de seu percurso painéis informativos sobre a gestão dos resíduos no Distrito Federal, o fechamento do lixão e a coleta seletiva. Foi exposto entre os dias 07/10 e 04/11, atraindo um grande número de visitantes e relevante cobertura pela mídia.

Foto 18: Exposição Labirinto



Agentes de cidadania ambiental: Capacitação mensal de 900 catadores de materiais recicláveis da Estrutural contemplados pelo Programa "Agentes de Cidadania Ambiental". O programa é realizado pela SEDESTMIDH em parceria com o SLU e regulamentado pela Portaria nº 185, de 1º de dezembro de 2016. Os participantes recebem uma bolsa auxílio de R\$300,00 e participaram de capacitações que incluíram os temas: mobilização social, educação ambiental, coleta seletiva, compostagem, uso de equipamentos de proteção individual, educação financeira e atendimento ao público.

Foto 19: Capacitações de catadores



Bloco Brasília Limpa - 3ª edição: A 3ª Edição da campanha de carnaval Bloco Brasília Limpa mobilizou blocos de carnaval para a gestão adequada dos resíduos e capacitou aproximadamente 450 ambulantes sobre a limpeza das ruas durante as festividades. Os blocos participantes se comprometeram a disponibilizar lixeiras, a divulgar previamente as orientações nas redes sociais, a veicular mensagens educativas durante os desfiles e a cuidar da limpeza dos espaços após os eventos.

Representantes de 13 blocos receberam o certificado de reconhecimento "Bloco Brasília Limpa", em cerimônia no Palácio do Buriti em 2017, com as presenças do governador Rodrigo Rollemberg e da Diretora-Presidente do SLU, Kátia Campos. Em 2016, foram seis premiados e em 2015 apenas dois haviam cumprido os critérios.

Foto 20: Campanha no carnaval



Os blocos que aderiram à campanha foram: Boa Vizinhança; Carnapati; Carnaval no Parque; Eduardo e Mônica; Encosta que Cresce; Escola de Samba Lourdes do Areal e Águas Claras; Galinho de Brasília; Filhos de São Jorge; Multiplicidade Ir e Vir; Pauta na Rua; Ressaca Percussiva Patubatê e Convidados; Santo Pecado e Bloco do Seu Júlio.

Um destaque importante foi a festa de Carnaval no Parque da Cidade, realizada por empresa que fez a coleta seletiva durante todo o evento e contratou a Associação dos Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos de Brazlândia (Acobraz) para o trabalho de coleta, triagem e destinação final dos resíduos.

Os Garis também marcaram presença no carnaval, participando de um desfile organizado pelo SLU na festa de pós-carnaval realizada pelo grupo Ressaca Percussiva Patubatê. Os garis foram homenageados pelo grupo e mostraram que sabem trabalhar com alegria e samba no pé.

Parceria projeto biguá: Parceria do SLU com o Projeto Biguá da Caesb disponibiliza nove Pontos de Entrega Voluntária (PEV) para a coleta de óleo de cozinha usado. Eles estão nos 7 Papa Entulhos: Brazlândia, Ceilândia, Guará, Taguatinga, Gama e Planaltina e de Ceilândia, e também na sede do SLU (Ed.Venâncio Shopping - 6º Andar).

Dia mundial da água: A equipe do SLU participou de várias atividades promovidas pelo Movimento "Ocupe o Lago", no dia 25 de março, em comemoração ao Dia Mundial da Água. Destaque para o rapel de uma equipe de cinco servidores do SLU, com o apoio do Corpo de Bombeiros, que desceu da ponte JK para retirar resíduos do Lago Paranoá, recolhido por mergulhadores dos Bombeiros. O evento ganhou grande destaque na mídia, contribuindo para conscientizar a população sobre a destinação do lixo.

Foto 21: Limpeza no Lago Paranoá



Coleta seletiva solidária: No dia 05 de julho de 2017, foi lançado o Decreto Nº 38.246, de 1º de Junho de 2017, sobre a coleta seletiva solidária no âmbito dos órgãos públicos do DF. O SLU colaborou com a elaboração do material didático distribuído para os presentes e ministrou uma palestra sobre a coleta seletiva e a questão dos grandes geradores de resíduos sólidos. Participaram representantes de 63 órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal, que passam a compor a Comissão de Gestão da Coleta Seletiva Solidária em suas instituições.

Capacitação dos Professores: O curso de Gestão Sustentável da Água e dos Resíduos Sólidos nas Escolas do Distrito Federal foi realizado pela Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação-EAPE, para professores e auxiliares da rede pública de ensino do DF. Foram capacitados 35 professores, com 120 horas, divididas entre SEEDF, SLU, CAESB, ADASA, SEMA e IBRAM.

Participação na 14ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT): Realizada em Brasília de 23 a 29 de outubro de 2017, com estande de educação ambiental e exposição sobre o tema da Semana: A matemática do lixo. Compuseram o estande peças do Museu da Limpeza Urbana, minhocário para oficinas de compostagem, jogos interativos, folders explicativos, banners e materiais sobre coleta seletiva.

Foto 22: Campanha educativa



III corrida de rua "O gari mais veloz de Brasília": Realizada pelo Serviço de Limpeza Urbana e a Secretaria do Esporte, Turismo e Lazer (SETUR), a terceira edição do evento ocorreu no dia 06 de agosto, no Eixo Rodoviário Norte. Além dos garis, o público geral também correu gratuitamente, e todos que completaram as provas de 10 km e 6 km receberam uma medalha de participação. Para os atletas garis houve uma premiação em dinheiro doada pelas empresas prestadoras de serviço do SLU para os três primeiros colocados (Feminino e Masculino) e troféus elaborados com materiais reaproveitados de MDF ecológico e estilhaços de vidro. A corrida contou também com ações socioambientais como: doações de alimentos para o programa "Banco de Alimentos do Ceasa", apresentação do grupo de teatro "Arte Seletiva", exposição itinerante do Museu da Limpeza Urbana e oficinas de reaproveitamento de materiais para crianças.


39 

Foto 23: Corrida do Gari



Parceria SLU e Secretaria de Saúde

O Serviço de Limpeza Urbana e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal firmaram parceria para que os agentes de saúde, agentes de vigilância ambiental, agentes de controle de endemia e outros profissionais que atuam em campo incorporem a orientação para a coleta seletiva e utilização dos Papa Entulhos do DF em suas visitas domiciliares. Esse profissionais são aqueles que fazem as orientações sobre cuidados para evitar a proliferação do mosquito da dengue. Em dezembro de 2017 foram capacitados os Núcleos da Diretoria de Vigilância Ambiental (DIVAL) que atuam em Regiões Administrativas onde existe coleta seletiva e/ou Papa Entulho. Em 2018 serão capacitados os núcleos de RAs que passarem a ser atendidas pela coleta seletiva em novos contratos, e também os agentes de saúde das Superintendências Regionais da Secretaria de Saúde.

Em 2017 observa-se um crescimento significativo das atividades de mobilização social e educação ambiental. Além dos atendimentos diretos mensuráveis, muitas pessoas foram impactadas por informações repassadas por síndicos e outros reeditores que utilizaram mídias digitais, folhetos, e-mail e telefone.

Ouvidoria

O papel da Ouvidoria do SLU é a de conferir a possibilidade de aperfeiçoamentos, reduzindo o prazo médio ideal de atendimento ao cidadão, relacionado à atividade de limpeza urbana, além de ser um interlocutor de conflitos entre a autarquia e os cidadãos. Em 2017 buscou colaborar com a resolubilidade e a melhoria no atendimento ao cidadão, definindo metas de prazo de atendimento, respondendo às demandas de forma eficiente, auxiliando na otimização de processos, produtos e serviços da autarquia.

Os destaques da Ouvidoria do SLU para o exercício de 2017 foram:

- Certificação em Ouvidoria pela CGU;
- Capacitação em mediação de conflitos pela OAB/CGDF;
- Produção do Manual Técnico Operacional da Ouvidoria do SLU;
- Produção e apresentação do BI (Business Intelligence) da área;
- Tela de monitoramento das demandas;
- Premiação no índice de transparência; e os
- Resultados operacionais da Ouvidoria em 2017:

Tabela 15: Quantitativo

DESCRIÇÃO	META	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
Manifestações respondidas dentro do prazo	85%	83%	Resultado muito próximo da meta
Pedidos de acesso à informação dentro do prazo	85%	92%	Cumprido

Média de atendimento das manifestações	12 dias	11 dias	Cumprido
Média de atendimento dos pedidos de acesso a Informação	12 dias	9 dias	Cumprido

Tabela 16: Qualitativo

DESCRIÇÃO	META	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
Recomendação dos serviços da Ouvidoria do SLU	60%	70%	Cumprido
Satisfação pelos serviços prestados pelo SLU	60%	48%	A melhorar

Tabela 17: Estratégico

DESCRIÇÃO	META	RESULTADO	OBSERVAÇÃO
Índice de satisfação em pesquisa de opinião	80%	81%	Cumprido
Resolubilidade das manifestações	50%	44%	A melhorar
Índice de Transparência	100%	100%	Cumprido
Índice de cumprimento do Planejamento Estratégico da área	100%	90%	Resultado muito próximo da meta

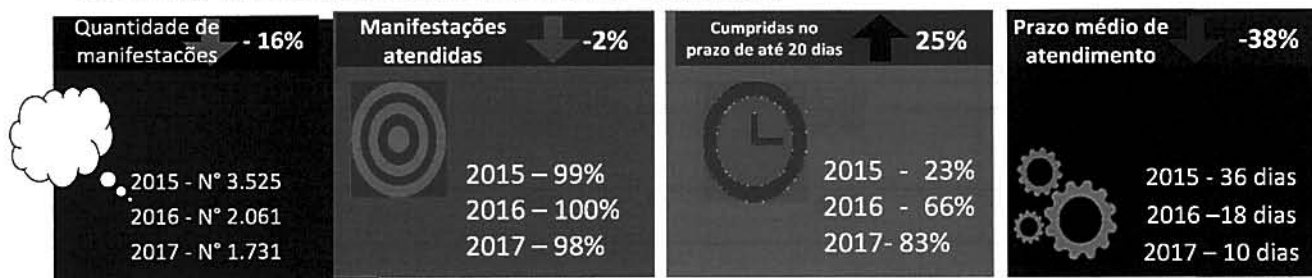
Tabela 18: Resultados em concursos:

CONCURSO	ORGANIZADOR	PROJETO	RESULTADO
InovaBrasília	SEPLAG	Gestão por resultado na Ouvidoria	Ficou entre os 4 (quatro) Projeto finalista.
1º Concurso de Boas Práticas (CGU)	CGU	Gestão por resultado em Ouvidoria	-
2º Concurso de Melhores Práticas em Ouvidoria Pública do Distrito Federal	OGDF	- Gestão por resultado e relatório analítico da Ouvidoria do SLU - Implantação de súmulas (recomendação) - Alinhamento das Cartas de Serviço da Infraestrutura - Carta de Serviço Presencial - Melhor desempenho	-
2º Índice de transparência de órgão público do Distrito Federal	Controladoria-Geral	Transparência ativa	Premiado

Ações extra planejamento:

- Definição, em conjunto com o Ministério Público do Distrito Federal – MPDFT, do fluxo de recebimento, tratamento e envio das manifestações registradas no MPDFT;
- Implantação do sistema de Ouvidoria nas Gerências de Limpeza, visando a tempestividades no recebimento, tratamento e envio das respostas;
- Publicação da Carta de Serviços Digital – (<http://www.slu.df.gov.br/servicos-e-produtos-ofertados.html>);
- Divulgação da Agenda da Ouvidoria do SLU – (<http://www.slu.df.gov.br/agenda-ouvidoria.html>);
- Revisão do Perguntas e Respostas Frequentes do SLU;
- Implantação do *check list* de verificação da transparência ativa do site do órgão; e
- *Benchmarking* em nove Ouvidorias para a troca de experiências e conhecimento das melhores práticas relacionadas. Relação das Ouvidorias visitadas: Administração de Santa Maria, Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, Secretaria de Infraestrutura – Sinesp, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, Secretaria de Justiça – SEJUS, Agência de Fiscalização – AGEFIS, Companhia de Desenvolvimento Habitacional do

Resultado dos indicadores do sistema de Ouvidoria:



- 1º Indicador: Quantidade de manifestações: trata-se da quantidade de manifestações que são encaminhadas ao SLU. Estas podem ser: reclamações, sugestões, elogios e denúncias;
- 2º Indicador: Manifestações atendidas: relata o percentual de manifestações atendidas em relação à demanda total;
- 3º Indicador: Cumprimento de demandas: é o percentual de manifestações atendidas no prazo de até 20 dias em relação à demanda total;
- 4º Indicador: Prazo médio de atendimento: média de atendimentos computados em dias;

Resultados dos indicadores da Lei de Acesso à Informação:



- 1º Indicador: Quantidade de manifestações: trata-se da quantidade de pedidos de informação ao SLU (informações e cópia dos contratos, justificativa técnica da mudança no cronograma da coleta, valor e quantidade de cargos comissionados, entre outros);
- 2º Indicador: Solicitações atendidas: relata o percentual de solicitações atendidas em relação à demanda total;
- 3º Indicador: Cumprimento de demandas: percentual de pedidos de informação atendidos no prazo de até 20 dias em relação à demanda total;
- 4º Indicador: Prazo médio de atendimento: média de atendimentos computados em dias;

O serviço de limpeza sofre da síndrome do gari (fonte: pesquisa Dieese 2004) que significa que o serviço só é percebido quando não é realizado. Entretanto, algumas ferramentas foram ofertadas ou implementadas para garantir o amplo acesso aos usuários: Carta de Serviço, FAQ, atualização do site e das rotas de coleta, ações itinerantes, pesquisa de opinião entre outras.

Fato interessante foi à redução de 37% (proporcional) do volume de solicitações em relação ao ano de 2016 e 70% em relação a 2015, acreditamos que o resultado deve-se pela postura pró-ativa do órgão e seus parceiros, evitando assim o acionamento por parte do cidadão. Mas o número de “reclamação” manteve-se na média. Cabe destacar novamente que não é objetivo da ouvidoria eliminar ou reduzir o número de demandas dos usuários e, sim aumentar o acesso aos serviços da Ouvidoria.

Finalmente, para dar transparência a todo esse trabalho, o SLU publica relatórios semestrais e anuais de atividades desde 2015, contendo todas as informações sobre a gestão dos resíduos no DF. As versões anteriores estão disponíveis no site do SLU, com informações gerenciais, operacionais, financeiras, de ouvidoria, de educação e mobilização

da sociedade para a implantação de um novo modelo de gestão de resíduos que certamente fará de Brasília uma referência para todo o país.

Identificação dos Responsáveis

Nome do Titular da Unidade Orçamentária: Silvano Silvério da Costa

Telefone: (61)3213-0312 e-mail da instituição: dg@slu.df.gov.br

Matrícula: 268.780 - 1

Assinatura: _____



Responsáveis pela elaboração:

Nome: Alberto Corrêa Borges

Telefone: (61) 3213-0119

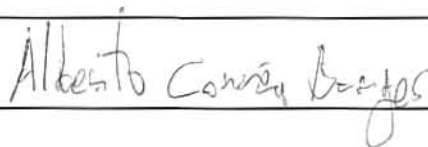
e-mail : alberto.borges@slu.df.gov.br / albertocorrebem@gmail.com

Agente de Planejamento Outro Servidor .

Especificar: _____

Matrícula: 83.559-5

Assinatura: _____



Nome: Rita Martins de Melo

Telefone: (61) 3213-0215 e-mail : rita.melo@slu.df.gov.br

Agente de Planejamento Outro Servidor .

Especificar: Gerente de Orçamento e Finanças

Matrícula: _____

Assinatura: _____

